A row of dark grey school lockers. The central locker door is open, revealing a rainbow flag hanging inside. The flag has horizontal stripes of red, orange, yellow, green, blue, and purple. The lockers are arranged in a grid, with the open locker being the only one of its kind in the row.

Guilherme Carvalho

QUEM NINGUÉM OUVE

Subjetividades da existência LGBTQIAPN+ no ambiente escolar

Sandra, Leonardo, Rubinho e Maria, quatro pessoas com realidades, idades, localizações físicas e temporais diferentes, mas unidas por uma fatídica realidade vivenciada por milhões de brasileiros: a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente escolar. Neste livro-reportagem, as histórias dessas pessoas se cruzam com dados e relatos do próprio autor, para denunciar uma realidade que resiste ao tempo e faz vítimas em diferentes localidades do país. A LGBTfobia marca a vida de suas vítimas, causando dores que por vezes são ignoradas, mas que permanecem latentes no peito de quem as sente.

QUEM NINGUÉM OUVE

**Subjetividades da existência LGBTQIAPN+
no ambiente escolar**

Guilherme Carvalho

TÍTULO

Quem ninguém ouve: subjetividades da existência
LGBTQIAPN+ no ambiente escolar.

AUTOR

Guilherme Carvalho

Livro-reportagem apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo, da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, como requisito para a conclusão do Curso de Jornalismo.

ORIENTADOR

Murilo Silva Pinheiro

EDIÇÃO

1ª Edição
Ribeirão Preto, 2025

REVISÃO

Murilo Silva Pinheiro

DIAGRAMAÇÃO

Lorena Melo e Guilherme Carvalho

INSTITUIÇÃO

Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP
Curso de Jornalismo

Aos que ousam desafiar a norma. Aos que foram,
aos que são e aos que virão. Aos que não tiveram,
sequer, suas dores ouvidas.

Sumário

- 7. Agradecimentos
- 9. Introdução
- 23. O corpo-político: quando o enfrentamento se torna ato de resistência
- 34. O silêncio como defesa e a construção de um refúgio interno
- 43. A reparação da memória: o resgate da existência pelo ato de ensinar
- 57. Identidade inegociável: os desafios da existência trans
- 72. Do segredo internalizado à pauta: relatos pessoais do autor
- 85. Fio da navalha
- 91. Posfácio
- 97. O jornalismo como desejo de transformação: o capítulo final
- 100. Referências bibliográficas

Agradecimentos

Assim como a história do movimento LGBTQIAPN+, sob a qual sustento parte deste trabalho de conclusão de curso, a construção deste livro também é uma conquista coletiva. Com base na fé cristã em que estou inserido desde criança, acredito que Deus é inteiramente responsável por me conceder as oportunidades que tive e por me instruir no aproveitamento delas, em nome d'Ele deixo aqui a minha primeira menção de agradecimento.

Aos meus pais, Ana Paula e Evandro, faltarão palavras em toda a minha vida para mensurar o quanto eu sou grato pelos inúmeros esforços que fizeram para que eu pudesse me tornar quem sou e alcançar tudo o que conquistei. Se os meus sonhos estão se tornando realidade, grande parte disso acontece porque vocês pavimentaram o meu caminho. À minha irmã e à minha sobrinha, que são minhas motivações e inspirações diárias. Às minhas amigas que foram peças fundamentais em toda a minha graduação; este processo não teria valido a pena sem vocês. Ao meu namorado, que dia após dia, cedeu tempo da sua rotina para me ouvir por vezes lendo e relendo cada capítulo deste trabalho.

Aos jornalistas que me inspiram diariamente. A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente com o resultado deste trabalho, especialmente Alessandra, Leonardo, Maria Fernanda e Rubens, que gentilmente cederam suas histórias de vida que, somadas, constituem a essência deste trabalho.

Por fim, agradeço ao Prof. Me. Murilo Pinheiro, orientador deste trabalho, que acreditou fielmente na minha proposta. Sua disponibilidade e competência foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Em nome dele, agradeço a todos os demais professores, que ao longo da graduação, me ajudaram a construir uma visão crítica e reflexiva sobre o mundo e o saber jornalístico.

Introdução

Ao passo em que a população humana progride em suas descobertas e inovações, traços culturais se apresentam como mecanismos de manutenção e de perpetuação de comportamentos que já foram ressignificados, mas que insistem em prevalecer. A subjetividade humana, compreendida como a forma com que as pessoas constroem suas visões de mundo, valores e maneiras de se relacionar, apresenta-se como fruto da influência do ambiente social em que o indivíduo está inserido durante sua vida e, especialmente, na sua trajetória de formação enquanto cidadão.

Quando fala-se no conceito de subjetividade e sua produção, os filósofos Michael Hardt e Antonio Negri, compreende-se que é necessário descartar a ideia de subjetividade pré-social, já que, neste contexto, ela se apresenta como o resultado de uma construção constante, inserida no processo social de geração. Ou seja, a subjetividade não é previamente estabelecida, não obedece a uma ordem, não está na origem, nem é intrínseca à natureza humana.

A psicanalista Maria Regina Prata dos Santos, ao analisar a subjetividade a partir de uma relação com o psíquico, percebeu que esses modos estão inteiramente relacionados aos padrões identitários e normativos que se sobressaem em cada época. Padrões identitários estão presentes não só nas relações do indivíduo com a sociedade em geral, mas também se apresentam e influenciam nas relações interpessoais.

Se não é possível identificar uma subjetividade que excede os limites físicos e temporais, com valores e ideias universais que sejam válidos para qualquer tempo e localização, se não há uma formação psíquica válida e pertinente para qualquer período da história humana, já que essa está em constante produção e se moldando conforme o tempo e o local, a forma como as pessoas enxergam o outro, as relações e os acontecimentos sociais, também se modificam. Mudam as leis, alteram-se as formas de dependência, ressignificam-se os valores, mudam-se os processos de subjetivação, subvertem-se regras e impõe-se novos padrões de vida, consumo e produção.

A sexualidade e o gênero, enquanto formas do ser humano se apresentar e manifestar as individualidades para a sociedade, passaram, ao longo da história, por diferentes definições, interpretações, modelos e concepções. A sociedade humana tem, em sua grande maioria, a heterossexualidade e a cisgeneridade como padrões ideais, de comportamento, relação, reprodução e socialização. Apesar disso, a homossexualidade, transexualidade e demais formas de identificação e existência também se manifestam em diferentes grupos sociais, em todos os períodos históricos registrados da humanidade.

Em registros e em pesquisas do desenvolvimento social da humanidade não faltam evidências da diversidade de existências e de modos de se relacionar nos diferentes contextos históricos. Alguns estudos da arqueologia apontam a existência de relações homoafetivas há milhares de anos e que talvez, esses envoltimentos amorosos fossem naturalmente aceitos pelas sociedades da época. Um dos, se não o primeiro

registro que exemplifica a existência dessas interações íntimas é o caso dos “supervisores dos manicuros”, egípcios Niankhkhnum e Khnumhotep, enterrados juntos por volta de 2400 antes de Cristo (a.C), retratados como um casal em uma pintura feita no túmulo onde foram sepultados.

Há muitas histórias que abordam a questão envolvendo grandes heróis, que nutriam relações íntimas de carinho, grande afeição e compartilhavam a vida uns com os outros. Apesar da inexistência de uma menção clara de uma relação da natureza exata da consciência entre estes homens, relatos acerca de uniões como a dos guerreiros gregos Aquiles e Pátroclo, da *Ilíada* de Homero; e David e Jonathan da Bíblia hebraica, reforçam essa narrativa. Além disso, os estudos se sustentam também por meio dos registros judiciais de governantes do sexo masculino, os quais adotavam comportamentos que sugerem a aceitabilidade de relações sexuais e amorosas com pessoas do mesmo sexo.

O califa abássida Al-Amin (c.809-813), que governou parte do império islâmico, com principal atuação na região em que hoje está o território do Iraque, preferia, segundo registros judiciais, a companhia de homens escravizados, negando em muitos casos a presença de mulheres. Na Grécia antiga, os casais que reproduziam comportamentos que na contemporaneidade se enquadram em padrões homossexuais, eram aceitos e vistos como algo natural, desde que estes fossem formados por um homem mais velho e um mais novo, sendo que o mais jovem deveria desempenhar o papel passivo na relação. Na mesma perspectiva, na Roma Antiga, também havia uma distinção entre ativo e passivo, aquele que realiza a penetração e o outro receptivo, durante as práticas sexuais. Sendo que, o ativo era enxergado socialmente como aceitável e o passivo, abominável ou vergonhoso.

Quanto ao gênero, as sociedades antigas exploravam essa questão também com muitas diferenças comportamentais. É possível assegurar que em diferentes contextos não havia o sistema de binaridade de gênero, homens e mulheres. Estátuas construídas para a deusa/deus intersexual Hermafroditos na Grécia e na Roma Antiga, evidenciam a forma com que essa sociedade tratava a temática. A Roma ainda convivia com a possibilidade de um indivíduo mudar o sexo biológico, alguns médicos escreveram sobre o que nos dias atuais classificariam como intersexualidade, o imperador Nero, teria contratado um médico cirurgião para operar uma de suas esposas, Sabina, que nasceu designada biologicamente e socialmente, como homem.

Se por um lado, relações homoafetivas e a existência de corpos não enquadrados dentro da norma binária, eram aceitas naturalmente ou, pelo menos, não criminalizadas, o cenário se altera com o passar do tempo, a depender da região analisada. No século I a.C, o apóstolo Paulo escreve uma carta aos romanos onde condena “luxúria homoerótica”, o que fica marcado como uma das primeiras interferências do cristianismo na forma de se pensar sexualidade e gênero, além de se alterar as definições de pecado sexual do momento.

Mais adiante, no século IV, pensadores cristãos relacionaram a queda de Sodoma e Gomorra com a prática homossexual, apesar disso, os próprios textos bíblicos são imprecisos nas definições do que teria, de fato, levado à queda de Sodoma. No século V, a Igreja adota uma série de dogmas mais rígidos, passando a condenar o sexo fora do casamento. As relações homossexuais passam a ser denunciadas como crime contra a natureza cristã no século XII, no século seguinte, o crime passa a ter como pena, a morte.

O primeiro livro da bíblia, Gênesis, em seu capítulo 19, narra a chegada de dois anjos em Sodoma, com a missão de investigar os acontecimentos e pecados que teriam contaminado a população local. Ló, patriarca da comunidade, prontamente se ofereceu a hospedar os visitantes em casa, mas foi interrompido durante a noite por moradores curiosos que cercaram a residência e pediam para que Ló os apresentassem. Apesar disso, o patriarca decidiu priorizar o bem-estar das visitas e, em troca, ofereceu-lhes suas duas filhas. Quando ameaçados pelos moradores locais, Jó e a família precisaram ser escoltados pelos anjos para fora da cidade. “Então, o SENHOR fez chover fogo e enxofre do céu sobre Sodoma e Gomorra. Assim, ele destruiu aquelas cidades e toda a planície, com todos os habitantes das cidades e a vegetação que crescia no solo” (Gênesis 19:24).

No século XII, com a ascensão da igreja católica no mundo, uma série de regras internas foram adotadas na instituição, incluindo investigações minuciosas e a criação de leis que ultrapassaram os limites da individualidade, passando a perseguir fiéis acusados de violações da lei canônica ou de práticas que confrontavam os dogmas da religião. Neste período, a inquisição rapidamente se espalha por diferentes territórios, uma campanha que propagou a discriminação e a rejeição aos mulçumanos e judeus, na Península Ibérica, mas também difundiu a criminalização de práticas e manifestações culturais que se diferenciavam do que era proposto pela igreja.

Não demorou para que a inquisição passasse a condenar a prática da homossexualidade, que à época era tratada como sodomia, um termo genérico que englobava a prática sexual com visões e interações com figuras “diabólicas”, entre pessoas de sexo oposto, mas, especialmente, de interações eróticas e românticas entre pessoas do mesmo sexo biológico. No século XV, enquanto a Europa expandia a colonização de diferentes territórios pelo mundo, descobriram, além de novas terras, novas culturas, que em muitos casos, possuíam maiores flexibilidades quanto à sexualidade e gênero.

No processo de colonização das américas, as culturas e as formas de se relacionarem dos povos nativos foram vistas como uma ameaça à Igreja. Em 1535, estabeleceu-se o México, a América Central e toda a região norte da América do Sul, que na época faziam parte do chamado vice-reino da Nova Espanha, que teve fim em 1821, após as guerras pela independência mexicana. No Brasil, a colonização portuguesa iniciada em 1500, era movida pelo interesse de exploração dos recursos naturais da região, mas também pela imposição da cultura cristã e de ideais europeus às inúmeras

ras comunidades indígenas locais.

Ao passo que a colonização avança, hierarquias políticas são estabelecidas e questões relacionadas a gênero e à sexualidade aparecem. O que era “normal”, na visão europeia de se relacionar e existir, passa a ser regra e confronta as práticas da população nativa. O conceito de sodomia é inserido no Brasil, já sendo condenado, caracterizado como “contra a natureza”, o que englobava, entre outras questões, atos que confrontavam a heteronormatividade.

O processo de colonização da América Latina ficou marcado pela imposição de uma cultura de dominação e de subalternização. O primeiro debate europeu que discutiu questões de moralidade e direitos da população latino-americana, ocorrido entre 1550 e 1551, em Valladolid, na Espanha, apontaram as práticas de sodomia como justificativa para a forma brutal com que eles tratavam os nativos. A argumentação era de que se esses modelos de relações e existências não fossem combatidos por meio da morte e da escravidão, eles se espalhariam pelo mundo. Essa linha de raciocínio fomenta discriminações até os dias atuais.

Evidências históricas apontam assassinatos em massa da população local, o que contribuiu para que os modelos de relações, existências e culturas, fossem se adequando aos poucos aos moldes das tradições europeias, que tinham como base, a moralidade e os saberes cristãos. Há o desafio de se elaborar uma construção narrativa dos acontecimentos significativos que, apagados pelo estigma e pela violência, terminaram invisibilizados ou apagados pela história contada por aqueles que dominam historicamente. Ainda assim, existem poucos registros da diversidade cultural destes povos.

A obra etnográfica “O códice florentino”, produzida por Bernardino de Sahagún, publicada no século XVI, traz uma série de curiosidades relacionadas à sexualidade e à forma com que as populações indígenas, especialmente as que viviam no México, lidavam com gênero. Em um dos trechos, a obra apresenta o termo Náhuatl, como *xochihua*, ou portador de flores, isto é, uma pessoa que possuía características andróginas, que permeia os dois sexos biológicos. Já o termo *patlhache* pode ser traduzido como mulheres que se relacionavam sexualmente com outras mulheres ou apenas como hermafroditas.

Ainda há relatos de pessoas “dois-espíritos”, que adotavam comportamentos e posições sociais do sexo oposto ao seu biológico. Curandeiros e líderes religiosos que contrariavam a norma da binaridade e caminhavam comportamentalmente entre os dois gêneros, eram vistos como pessoas que haviam feito “pacto com o diabo”. Os registros demonstram relações entre homens indígenas, mas também entre as mulheres. Não faltam comprovações sócio-históricas de existências LGBTs em diferentes momentos, contextos e sociedades, da mesma forma, nota-se a evidente exposição à discriminação, à subalternização e à marginalização, em que essa população está, até os dias atuais, sendo frequentemente exposta.

A comunidade LGBTQIAPN+, formada por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, interssexuais, assexuais, panssexuais, não binários e as demais formas de identidades também historicamente invisibilizadas, nem sempre estiveram assim, inclusas dentro de um mesmo grupo. A idealização de uma comunidade, que une, pelo menos na teoria, toda essa diversidade de existências, apresenta-se como uma articulação política considerada recente na história. Para se defender ou se socializarem entre si, essas pessoas se uniram em diferentes momentos, por meio de pequenos encontros, festas temáticas, casas noturnas nas grandes cidades ou bailes de carnaval.

Em meio às turbulências políticas-sociais da primeira metade do século XX, marcado por duas guerras mundiais, ascensão de novos regimes políticos, através de revoluções e grandes movimentos de descolonização, surge a articulação mais evidente deste movimento, que rapidamente sofre opressões reacionárias em diferentes locais do mundo, mas especialmente na Europa. Se formam grupos que atuam nos EUA e no continente europeu em defesa dos direitos LGBTQIAPN+, reivindicando que se encerrassem as perseguições por meio de aparatos do Estado. Lutavam pela aceitação social, pelo fim das leis de sodomia, aprovação dos casamentos homoafetivos e políticas inclusivas.

O primeiro país a legalizar atos homossexuais consentidos entre pessoas adultas foi a França, em 1791, mas ainda assim, a polícia tentava prender a população alegando a lei contra a indecência pública. Nos EUA, a prática era ilegal em quase todo o país. No século XX, a articulação da comunidade era vista como um ato de extrema coragem. Ativistas tentavam se resguardar, utilizando pseudônimos ou desviavam o foco de suas atuações quando precisavam pauta-las publicamente, apresentando-se como membros de grupos homófilos – grupo de apoio e representação da comunidade LGBTQIAPN+, — nas décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos, mas que possuíam um viés mais conservador do que os grupos que lutavam pela chamada liberação gay.

Após o fim da segunda guerra, a sociedade passa a romper com o conservadorismo, tendo como linha de frente dessa revolução cultural, os mais jovens, que se opunham ao tradicionalismo em questões que tratavam de gênero, raça e sociedade. Movimentos sociais como o feminista e o antirracista, marcados por grandes protestos nas principais ruas de grandes cidades da França e dos Estados Unidos, ganham força quando grupos que defendiam a liberação gay se unem na defesa de outras pautas.

O bairro Greenwich da cidade de Nova York, nos EUA, foi em 1969, foi palco de um dos mais importantes acontecimentos da história do movimento LGBTQIAPN+. O bar Stonewall Inn, conhecido por atender um público majoritariamente gay e drag queens, era comandado por uma máfia local que aproveitava da criminalização das práticas homossexuais no país para cobrar taxas dessa comunidade, em troca de um local que seria seguro para essas pessoas se encontrar e se relacionar. Era comum que a polícia chegasse e vistoriasse a área em busca de comportamentos vistos como imo-

rais para a época, o que podia, segundo registros, ser facilmente driblado em casos de subornos assegurados pelos donos dos estabelecimentos.

Na noite do dia 28 de junho de 1969, não houve propina que barrasse a batida policial. Chegaram sem avisar e foram recebidos por uma revolta espontânea dos frequentadores, que prontamente se posicionaram contra a violência policial e as leis discriminatórias. As informações sobre o que aconteceu naquela noite são imprecisas, o que se sabe está especialmente registrado em relatos orais compartilhados por pessoas que vivenciaram o acontecimento. Informações como quem teria iniciado a confusão são incertas. A versão preponderante é que naquela noite, a polícia rompeu com os padrões de abordagem que eram comumente realizados e, em troca, recebeu diversos ataques em massa das pessoas presentes.

Marsha P. Johnson, uma das mais influentes figuras da comunidade gay dos Estados Unidos é apontada como uma das pessoas que teriam iniciado a revolta, jogando algum objeto contra a força policial. Revoltados e se opondo às prisões que estariam sendo impostas, os frequentadores do bar saíram protestando na rua onde o bar estava localizado, o que causou comoção social e atraiu ainda mais simpatizantes. Conforme o número de pessoas aumentava, a tensão e a violência entre policiais e manifestantes se intensificava. Relatos apontam que drag queens teriam formando uma fila, onde se intercalavam nos atos de deboches contra os agressores e dançavam canção — uma dança francesa caracterizada pela realização de chutes, piruetas e movimentos enérgicos.

A resistência praticada pela comunidade naquela noite reestruturou a forma com que a população LGBTQIAPN+ se articulava e se apresentava. A falta de evidências concretas não impediu que desde então, o movimento ganhasse ainda mais força, fazendo com que os Estados Unidos vivenciassem, a partir daquela data, um exponencial aumento de grupos LGBTQIAPN+, além de inúmeros protestos em todo o país, inclusive na porta do bar onde a revolta aconteceu, que posteriormente se estruturaram e formaram grupos mais organizados politicamente.

A Revolta de Stonewall permanece como um símbolo para a comunidade, que celebra mundialmente o mês do orgulho LGBTQIAPN+ em junho, como um ato de lembrança da revolta. Foi a onda de protestos posteriores ao ocorrido que iniciaram o que hoje chamam de paradas do orgulho ou marcha do orgulho. Mesmo com a dificuldade em se traçar um relato preciso dos acontecimentos daquela data, não restam dúvidas que a importância deste acontecimento para a comunidade LGBTQIAPN+, está pautada mais no simbolismo do ato, do que com os detalhes dele. A Revolta de Stonewall se apresenta, sobretudo, como uma reação da comunidade contra os opressores.

Na mesma década, os diferentes países da América Latina, com suas singularidades, vivenciavam experiências políticas semelhantes. Os 33 países passavam por um longo período de grande articulação político-social, marcado por significativas revo-

luções, ditaduras militares e a articulação social na criação de movimentos em defesa dos direitos das mulheres, da igualdade racial e pelo fim da discriminação contra a comunidade LGBTQIAPN+.

No Brasil, em 1978, se iniciava um processo lento de flexibilização das medidas vigentes do regime militar, como a eleição indireta do novo presidente, João Figueiredo que antecedeu a revogação do Ato Institucional 5 (AI-5), considerado uma das mais duras normas da ditadura militar e um dos momentos mais sombrios da história recente do Brasil. Paralelo a isso, foi publicado, neste mesmo ano, a primeira edição do jornal gay do país, intitulado O Lâmpião da Esquina — jornal impresso independente que abordava questões como sexualidade, gênero, denunciava a repressão policial contra a comunidade e funcionava como uma carta de correspondência, sobretudo para os homens gays da época que não possuíam meios de se comunicarem entre si.

Ainda em 1978, surge a Somos, primeira organização abertamente gay do Brasil, uma espécie de vanguarda do movimento LGBTQIAPN+ no país, que inspira a articulação e o surgimento de outros grupos gays e lésbicos em diferentes capitais estaduais como Curitiba e Salvador. Na década de 80, em meio a tímidos avanços no reconhecimento legal das existências dessas pessoas, um novo estigma passa a ser associado à comunidade: a epidemia de AIDS/HIV.

Comumente, a sociedade e as instituições religiosas, especialmente as de dogmas cristãos, motivados pela falta de conhecimento acerca da disseminação do vírus e de suas formas de tratamento, correlacionavam a crise de saúde pública entre as pessoas LGBTQIAPN+ com uma suposta intervenção divina. O Brasil registrou, desde o primeiro caso notificado no país em 1982, 371.744 óbitos por HIV, número divulgado pelo Ministério da Saúde em 2022. Na década de surgimento da epidemia no país, essas mortes eram vistas como frutos do castigo divino contra a comunidade LGBTQIAPN+. Contrariando uma das mais emblemáticas passagens bíblicas do Novo Testamento, do livro da carta de João, capítulo 4, versículos 7 e 8: “Amados, amemo-nos uns aos outros; porque o amor é de Deus; e qualquer que ama é nascido de Deus e conhece Deus. Aquele que não ama não conhece a Deus; porque Deus é amor”.

Durante os inúmeros acontecimentos da atribulada década, o dia 19 de agosto de 1983 entraria para a história do movimento no Brasil, após uma revolta em um bar da capital paulista, o que futuramente viria a ser reconhecido como o Stonewall brasileiro. Liderado pela filósofa e antropóloga, Rosely Roth, co-fundadora do Grupo de Ação lésbica Feminista, onde criou o “Chanacomchana”, um boletim noticioso que cumpriu um importante papel na organização política e resistência lésbica, durante os últimos dois anos de ditadura militar no Brasil. Foi por conta do boletim, banido em um bar da cidade, que Rosely mobilizou a comunidade lésbica, reivindicou seus direitos e posteriormente obteve a liberdade de veiculação do material no bar, que era frequentado especialmente pelo grupo social, público-alvo do boletim: as lésbicas.

Uma mobilização nacional encabeçada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado

em 1980 e o primeiro grupo a se oficializar como uma Organização Não-Governamental (ONG), provocou a retirada da homossexualidade como doença do catálogo do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), decisão formalizada pelo Conselho Federal de Medicina em 1985. A década seguinte, 1990, foi marcada pelo considerável aumento da visibilidade social das lutas da comunidade gay, especialmente a partir da realização da primeira Parada do Orgulho brasileira, realizada em 25 de junho de 1995, na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, sob o nome “Marcha pela Cidadania”, reunindo cerca de 3.000 pessoas.

Neste sentido, o movimento LGBTQIAPN+ amplia seu poder de articulação e atuação, passando a ter capacidade de exigir e se apresentar ao estado brasileiro, sobretudo nos diálogos e debates acerca dos direitos e políticas públicas voltados à própria comunidade. Os Programas Nacionais de Direitos Humanos, publicados em 1996, 2002 e 2010, respectivamente, marcam a inclusão de pessoas homossexuais na categoria de grupos em situação de vulnerabilidade social do país, além de terem propostos a ampliação dos direitos à população LGBTQIAPN+ e a incorporação da não-discriminação por orientação sexual na Constituição Federal de 1988.

Considerada um marco na legislação nacional, a Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, baseada em princípios e valores dos direitos humanos, apresenta a dignidade da pessoa humana como um de seus princípios fundamentais. Nesta perspectiva, mesmo não citando diretamente a população LGBTQIAPN+, há o enquadramento e reconhecimento jurídico dos direitos fundamentais de forma implícita nas extensas páginas da Constituição. Em seu artigo 5º, caput e inciso XLI, prevê a igualdade entre os cidadãos e o dever do Estado de combater e punir todas e quaisquer formas de discriminação que ofenda a liberdade e os direitos fundamentais do ser humano.

No início da legislação, o inciso III, do artigo 1º, trata da dignidade da pessoa humana. Outros artigos apresentam direitos básicos a todo cidadão, como o direito à vida, saúde, educação, trabalho, igualdade, liberdade, além de direitos civis e políticos. Iniciativas do poder legislativo e judiciário tentam suprir demandas e preencher lacunas na legislação. Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4277, equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, reconhecendo, assim, a união homoafetiva como um núcleo familiar. Em dezembro do mesmo ano, o Ministério da Justiça estabeleceu a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPN+. Dois anos depois, em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a obrigar os cartórios de registro civil de todo país a realizarem o casamento entre pessoas homossexuais.

Em 2018, o STF reconheceu o direito à alteração de nome e gênero no registro civil, sem a necessidade de procedimento cirúrgico de redesignação sexual ou ação judicial. Já em 2019, a Suprema Corte estabeleceu que atos homofóbicos e transfóbi-

cos devem ser enquadrados e punidos como crime de racismo, com base na Lei nº 7.716/1989, até que uma lei que trate especificamente sobre esses atos seja elaborada. Por unanimidade, em fevereiro de 2025, o órgão judicial reconheceu a demora na elaboração de uma lei que contemple a realidade das pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil e decidiu que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada às relações afetivos-familiares de casais homoafetivos do sexo masculino ou que envolvam travestis e mulheres transexuais.

Apesar dos avanços observados, as iniciativas se mostram, na prática, ineficazes na proteção dessa população. As decisões do STF denunciam a omissão do Congresso Nacional em elaborar e aprovar uma legislação específica que contemple a realidade dessas pessoas que, além de vitimizadas por uma cultura que as exclui e as marginalizam, são revitimizadas pelo sistema que não as assegura um ambiente social seguro. Sob essa ótica, o filósofo grego Aristóteles, em seu conceito de *Zoon Politikon*, afirma que o ser humano é um animal político e que sua finalidade é a obtenção da felicidade, adquirida ao exercer o que é substancial: pensar e viver em sociedade. Deste modo, a realidade da existência da população LGBTQIAPN+ no Brasil denuncia um problema que resiste ao tempo, seguindo privada de direitos básicos e negligenciada pela sociedade, impedida na maioria das vezes, de exercer sua finalidade e alcançar sua felicidade.

O Brasil registrou em 2024 um aumento de cerca de 13,4% no número de mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+, quando comparado com o ano anterior. Foram 291 mortes, 34 a mais do que o registrado em 2023, quando o país registrou 257 mortes. Os dados são de um levantamento feito pelo Grupo Gay Bahia (GGB), a mais antiga Organização Não Governamental LGBTQIAPN+ da América Latina. O número mantém o Brasil na liderança da lista de países mais violentos contra essa população em todo o mundo. O levantamento ainda aponta que existe um índice de subnotificação, pois muitas vezes é omitida a orientação sexual ou identidade das vítimas na divulgação de suas mortes.

Com os dados do estudo, calcula-se que houve uma morte violenta de uma pessoa da comunidade a cada 30 horas no país. Das 291 vítimas, 165 eram gays, 96 travestis e/ou mulheres transgêneros, 11 lésbicas, 7 bissexuais e 6 homens trans. Além disso, houve a notificação nestes números de 6 pessoas heterossexuais, vítimas de homotransfobia ao serem confundidos como pertencentes à comunidade, por defenderem alguma pessoa LGBTQIAPN+, durante um ataque ou por estarem ligados de alguma forma à comunidade. Sobre a faixa etária das vítimas, o estudo indica que 161 pessoas tinham entre 19 e 45 anos. O mais jovem tinha apenas 12 anos, Luiz Fellipe Darulis, morto pelo padrasto com golpes de ripa de madeira e castigos físicos no Jardim Campos Dourados, no município de Monte Mor, em São Paulo. A motivação das agressões e dos castigos que Luiz sofria, seria, segundo o autor do crime, 'corretivo por uma atitude de desrespeito'. Testemunhas relataram que a vítima dizia com fre-

quência ter medo do padrasto, pois este não gostava que ele brincasse com bonecas.

Entre as profissões, a de professor é a que mais aparece, com 11 registros, na distribuição dos dados por regiões, o Sudeste e o Nordeste aparecem com 99 casos cada, seguidos do Centro-Oeste com 44, Norte com 34 e Sul com 15. Ao analisar a lista de estados, com 53 registros, conta-se que São Paulo é o mais violento. O Atlas da Violência, divulgado em maio de 2025, revelou um aumento de 1.193% de casos de violência contra homossexuais e bissexuais no Brasil, entre os anos de 2014 e 2023, além do aumento de 1.111% contra mulheres trans e de 2.340% contra travestis.

Os números dão uma dimensão, mas não expressam a realidade de fato. O ambiente escolar, enquanto uma extensão da sociedade, possui, pelo menos em tese, a capacidade de transformar positivamente essa desigualdade, no entanto, a realidade é justamente o oposto, a LGBTQIAPN+fobia também se manifesta neste ambiente de diferentes formas, momentos e contextos. De acordo com a edição mais recente da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil publicada, em 2016, 73% dos estudantes LGBTQIAPN+ sofreram agressões verbais, enquanto 37% relatam terem sido agredidos fisicamente. As consequências também se manifestam de diferentes formas: evasão escolar, faltas constantes, ideação suicida, ansiedade, depressão e até agressividade, além de evidenciar problemas como a falta de preparação dos professores para lidar com esse tipo de situação dentro das unidades de ensino.

A heteronormatividade, de acordo com o professor e escritor David William Foster, pode ser entendida como a reprodução e a perpetuação de práticas e códigos heterossexuais, como o casamento monogâmico e a constituição de família no esquema pai, mãe e filho(a). No contexto escolar, a heteronormatividade se manifesta através de várias nuances, como nos currículos e materiais didáticos que ignoram a diversidade sexual e de gênero, reforçando a invisibilidade de indivíduos LGBTQIAPN+; no disciplinamento de corpos e comportamentos, com a imposição de normas de gênero rígidas que ditam como meninos e meninas devem ou deveriam se comportar ou através da ausência de políticas públicas que proteja esses indivíduos.

A escola compreendida por importantes pensadores ao longo da história da humanidade como um aparato ideológico do Estado, exerce, sobretudo, para além da sua função de educação escolar, a propagação de normas e condições sociais. Neste ambiente, crianças são inseridas em lógicas sociais que limitam a liberdade individual de expressão e existência, aprendem direta ou indiretamente questões relacionadas a costumes e a valores, tem suas vontades e características confrontadas, são submetidas a uma hierarquia de poder e aprendem a se adequar dentro de uma realidade já pré-determinada, antes mesmo que essa criança entre no ambiente escolar.

A norma geralmente se apresenta neste contexto de maneira sutil, sem uma obviedade, fazendo com que aqueles que possuem, naturalmente, comportamentos que se desviam dela, sejam rapidamente notados. Assim, a LGBTQifobia passa a se manifestar dentro do ambiente escolar também entre os próprios alunos, vítimas da cul-

tura que os cercam, apresentando-se como violência física, verbal, psicológica, ou até mesmo, sexual. Inegavelmente, essas experiências traumáticas têm impactos sérios na vida desses estudantes, afetando a saúde mental, o bem-estar e o desempenho acadêmico. Estes alunos, quando expostos a um ambiente hostil e preconceituoso, podem internalizar a homofobia, desenvolvendo sentimentos de auto aversão, vergonha e culpa. Este tipo de discriminação traz comprovadamente fatores de riscos para o desenvolvimento de problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e ideação suicida.

Destaca-se ainda a evasão escolar como uma problemática iminente que envolve diretamente essa questão. O medo da violência, a falta de apoio e a sensação de não pertencimento podem levar estudantes LGBTQIAPN+ a abandonar a escola, comprometendo a formação educacional. A Lei Federal 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação – PNE, é clara em seu inciso terceiro do artigo 2º, quando decreta que todas as desigualdades educacionais, especialmente na oferta de cidadania e no combate de todas as formas de discriminação é um dos exemplos que podem ser compreendidas como iniciativas que contemplam a realidade denunciada neste trabalho. Apesar disso, a Lei não especifica as formas de discriminação e deixa uma lacuna de interpretação aberta.

Em setembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal decidiu favoravelmente à ação movida pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, contra o inciso III da lei de 2014 e reconheceu a obrigação, por parte das escolas públicas e particulares, de coibir as discriminações por gênero, orientação sexual, proibindo também o bullying e as discriminações em geral de cunho machista — contra meninas cisgêneras e transgêneras —, e homotransfóbicas — contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Na mesma perspectiva, a Lei 14.811 de 2024 instituiu medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares e estabeleceu a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e, que além de ter feito alterações significativas no Código Penal, na Lei dos Crimes Hediondos e no Estatuto da Criança e do Adolescente, criminalizou as práticas de bullying e cyberbullying.

Um avanço significativo nas políticas voltadas à temática, mas ainda assim muito tímido se comparado à realidade. Na nova lei tipifica-se duas práticas no Código Penal. Bullying, compreendido como uma intimidação sistemática, definido como “intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação, ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais”, o que pode, neste contexto, englobar discriminações motivadas por questões de gênero e sexualidade. A pena prevista é multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

Por outro lado, o cyberbullying é compreendido como intimidação sistemática no

ambiente virtual. Ou seja, se as práticas especificadas na definição do bullying forem realizadas na internet, rede social, aplicativos, jogos on-line ou transmitida em tempo real, sob o qual a pena será de reclusão de dois a quatro anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

Anterior a essa iniciativa de 2024, a Lei 13.185, de 2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, já prevê a figura do bullying, no entanto, não estabelecia punição específica para esse tipo de prática, apenas determinava que escolas, clubes e agremiações recreativas deveriam assegurar e promover medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática.

A escola exerce, para além de seu papel tradicional como instituição de ensino, o constante exercício de moldar e formar subjetividades, sendo, em muitos casos, responsáveis pela manutenção e perpetuação de uma norma social que exclui, marginaliza, segrega e condena existências que se diferenciam por inúmeros fatores, do que está sendo imposto. Para se romper com essa cultura e mudar a realidade, é preciso começar ouvindo quem ninguém ouve.

**O corpo-político: quando
o enfrentamento se torna
ato de resistência**

Em 1973, surgia nos Estados Unidos a National Black Feminist Organization (NFBO) — Organização Feminista Nacional Negra — com o objetivo de atender, especificamente, as necessidades particulares das mulheres negras. Futuramente, esse movimento passaria a compreender que diferentemente dos grupos feministas formados por mulheres brancas, o movimento feminista negro deveria atuar em uma frente de combate a uma síntese de opressões, ou seja, não precisavam lutar contra opressão sofrida em apenas uma frente, mas em várias. Posteriormente, esse modelo de organização e pensamento passaria a ser chamado de interseccionalidade, termo idealizado pela ativista norte-americana Kimberlé Crenshaw, definido como forma de se observar os fatos a partir da conectividade das formas de opressão, que se apresentam de maneiras distintas a depender da raça, gênero ou classe que a pessoa está inserida.

Ainda no mesmo ano, no Brasil, em plena ditadura militar, no pior momento que ficou conhecido como anos de chumbo, a cultura, especialmente a música popular brasileira, sofria o impacto da censura repressiva e se articulava na resistência. O ano de 1973 estava passando, as televisões de milhões de casas brasileiras, em um período que não se tinham aparelhos digitais e internet, conectavam-se quase que sagradamente na revista televisiva dominical da TV Globo, o “Fantástico” que abordava pautas variadas, passando por esportes, reportagens e música. Em uma noite de um domingo qualquer, ainda sob a tensão do regime vigente, o tédio quase que unânime presente normalmente no fim deste dia, foi interrompido pelo anúncio da apresentação do álbum de estreia e show realizado pelo grupo Secos e Molhados, no Maracanãzinho, no Rio de Janeiro.

“A androginia. Ney Matogrosso, o líder do grupo, diz que eles existem atrás das máscaras. Afinal, o Secos e Molhados são a explosão de um novo caminho musical ou de um comportamento?”, questiona Sérgio Chapelin, então apresentador do programa. A narração antecedeu a exibição de uma reportagem especial feita do megashow realizado no ginásio esportivo naquele dia.

Nos bastidores da troca de diálogos entre os integrantes do grupo, a expectativa para a realização do show e imagens do grande público que lotou o local. A reportagem é marcada, em seu ponto alto, pelo corte para imagens inéditas da apresentação do grupo e que entrariam para a história da música brasileira. Três homens jovens, com cabelos longos, maquiagem teatral e figurino alternativo, surgem no palco cenográfico. A voz aguda em níveis altíssimos do vocalista impressiona, entre melodias e acordes que remetiam a um rock, o público parecia ir à loucura com o refrão de uma das canções que parecia um “vira” em português.

A letra lúdica, formada por um jogo de palavras bem orquestrado e abusando das figuras de linguagens, era interpretada quase que como parte de uma incorporação espiritual pelo vocalista. As imagens em preto e branco do arquivo do Fantástico exibem a performance, Ney passeia de um lado para o outro do palco,

misturando passos e rebolados, sem camisa, corpo magro, com o rosto pintado e uma espécie de pena na cabeça. Os versos dignos de uma peça teatral infantil são entoados: “Bailam corujas e pirilampos/ Entre os sacis e as fadas / E lá no fundo azul da noite na floresta / A lua iluminou/A dança, a roda, a festa”. Não demorava para o ouvinte descobrir que na verdade, a transformação narrada na letra se tratava de outra, um pouco mais complexa, especialmente para o contexto. “Vira, vira, vira homem, vira vira lobisomem”.

Bem longe do Rio, onde acontecia toda essa revolução musical, mais distante ainda de Nova York, nos Estados Unidos, berço da fundação do movimento feminista negro, nascia na capital do estado da Bahia, precisamente no dia 21 de dezembro de 1973, Alessandra Santana Mota, a protagonista desta história. Era sexta-feira, primeiro dia do verão.

Da infância humilde no bairro Paripe, na região do subúrbio ferroviário de Salvador, não faltam recordações. Com uma das mais belas vistas para o mar da capital baiana, o Paripe é um dos maiores bairros da cidade, concentrando atualmente cerca de 52 mil habitantes, segundo dados do Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O bairro exerce um papel importante na formação histórica do município, a região concentrou durante o século XIX o Centro Industrial de Aratu, onde se tinham as principais fábricas do Estado, atraindo novos moradores. Além disso, o Paripe tem como um de seus principais pontos de visitação, a igreja de Nossa Senhora do Ó, uma das primeiras paróquias fundadas no Brasil.

Filha do técnico de qualidade da Petrobrás, Benigno Santos Mota e de Aurelina Santana Mota, Sandra, como prefere ser chamada, possui uma vida marcada pelos percalços da realidade de ser uma mulher negra e lésbica no Brasil. O calor humano, a alegria contagiante, o Carnaval inclusivo e a diversidade racial e social da Bahia, pontos de destaque na estereotipação do Estado, por vezes, escondem outras realidades. No berço da capital ou nos rincões da Bahia, a violência é uma realidade que persiste no tempo.

O Atlas da Violência divulgado em maio de 2025, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mostrou que a Bahia lidera a lista de estados mais violentos do país. A pesquisa leva em consideração os registros de 2023, ano em que o estado registrou 6.616 mortes violentas. A taxa entre jovens de 15 a 29 anos chegou a 113,7 a cada 100 mil habitantes. Além disso, a Bahia está entre os quatro estados com maiores taxas de feminicídios do Brasil.

Por anos, o Estado também está no topo do ranking dos mais violentos contra a população LGBTQIAPN+, o observatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), comprovou essa fatídica realidade. Em 2024, a Bahia registrou 31 mortes de pessoas da comunidade, o que a colocou no segundo lugar da lista, ficando atrás de São Paulo, que registrou 53 vítimas. No entanto, a capital baiana registrou o maior percentual

de mortes de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, 14 casos, o equivalente a 15,73% dos registros. A realidade atual não se distingue das décadas de 70 e 80, quando Sandra viveu sua infância. A violência também fazia suas vítimas, especialmente pessoas pobres, pretas e pertencentes à comunidade.

Do alto dos 51 anos, Sandra identifica e aponta a interseccionalidade presente nas formas de discriminações e violências das quais foi vítima. Não que durante sua infância e juventude ela já tivesse consciência disso. O prisma da interseccionalidade demanda tempo, dedicação e força de vontade para compreensão. Seja franco, dificilmente você verá algum adolescente, em qualquer que seja a região do país, preocupado em dedicar o seu tempo para compreender as raízes dos modelos de discriminação existentes na sociedade e que talvez ele próprio seja vítima. Aliás, se tem um termo que Sandra não gosta de ser enquadrada é esse: vítima.

— Eu nunca fui vítima. Sempre fui protagonista da minha própria história. Sou isso e quem não quiser é que se foda. Eu ia pra cima mesmo.

A baiana de sangue quente, nascida durante a ditadura militar e formada culturalmente em meio às censuras do regime, tornou-se uma alucinada pela música popular brasileira. Entre os discos preferidos, as vozes de Djavan, Caetano Veloso, Gilberto Gil e do grupo Secos e Molhados são as que embalam o ritmo dos ideais de vida. Ainda na infância, os gostos alternativos das demais meninas já a diferenciavam. As lembranças mais acessíveis no pensamento datam da época em que tinha 10 anos, por volta de 1983, enquanto na escola cursava a quinta série do ensino fundamental.

Neste período, Sandra reconhecia que não era minimamente igual as demais meninas de seu ciclo social, mas ainda não conseguia se entender. Enquanto as meninas usavam vestidos e saias, ela optava pelas bermudas e calças, na hora de brincar, nada de boneca e casinha, divertia-se mesmo era na rua jogando futebol ou brincando com bolinha de gude, estilingue e pião. Esses comportamentos já eram o suficiente para que dentro e fora do ambiente familiar, ela vivenciasse, ainda nova, as consequências de se diferenciar das normas de gênero impostas em uma estrutura social.

Em casa, conta que o pai parecia que sempre soube da sexualidade e que isso nunca foi um entrave para a relação dos dois. Até a apoiava, longe dos olhos da mãe, que ao contrário do patriarca da família, agia com maior truculência. Com ela, não havia meio termo. Deveria se comportar como uma menina, usando as roupas que ela escolhia, cumprir as obrigações de casa e não se aventurar pelas ruas como um moleque. Aqui, há uma explicação de Sandra.

— Minha mãe me criou assim, para ser Amélia, igual ela foi do meu pai. Limpar a casa, os quartos dos meus irmãos que chegavam e podiam entrar com o pé sujo e sujar tudo. Você é mulher tem que fazer isso.

O perfil de “Amélia”, citado por Sandra faz menção ao termo cunhado em meados da década de 1940, definido como uma mulher submissa às vontades do homem, que dedica sua vida às necessidades do parceiro, devota à casa e aos filhos. Reconhece que

dona Aurelina, sua mãe, era vítima de uma violência sistêmica e estruturada, neste contexto, ela apenas reproduz o que para ela era o ideal. O pensamento, segundo a filha, ainda não mudou. A matriarca, com 70 anos de idade, continua vivendo em Salvador até os dias atuais.

Na contramão, a avó, dona Anita Ferreira dos Santos Mota, que morreu aos 96 anos também na capital baiana, era uma católica de pensamento bastante à frente do seu tempo. Sobre as subjetividades da neta, contrariava a mãe da adolescente e aconselhava que ela deveria ser quem era, contrapondo as vontades da mãe da menina, que, segundo dona Anita, não tinha o direito de determinar quem a filha seria. Das boas memórias com avó, uma fala recorrente dela se sobressai:

— Se você nasceu assim filha, algum propósito de Deus você tem. Você é assim e continue assim. Você não vai mudar porque a pessoa acha que é errado. Quem somos nós para julgar? Quem julga é Deus.

Na escola, o preconceito marcava presença diária. Do horário de entrada até a saída, no intervalo e durante as aulas, nas brincadeiras e na educação física. “Sapatão”, “macho-fêmea” e outros adjetivos pejorativos era apenas algumas das formas de discriminação sofridas. Ofensas que começaram por volta dos 10 anos, ou pelo menos, é a partir daqui que Sandra consegue lembrar. Neste cenário, a discriminação, por mais que tenha motivações relacionadas à sexualidade, normalmente é tratada como bullying e, este modelo de violência gera uma série de consequências negativas a longo prazo, não somente no período escolar. Dentre as consequências, destacam-se questões relacionadas à saúde como ansiedade, bulimia, anorexia, depressão, pânico e ideação suicida.

Em outros casos, a discriminação, especialmente as ocorridas no âmbito escolar, desencadeia expressões inadequadas de afetos, bem como aspectos ligados à depressão. Há ainda a possibilidade dessas pessoas exteriorizarem emoções como irritabilidade, ressentimentos, mágoa, agressividade, separação e abandono. No caso de Sandra, essas foram as consequências.

Na matemática e na física, a Terceira Lei de Isaac Newton propõe que para cada ação, há uma reação oposta de igual intensidade. Na tentativa de driblar a violência e a exclusão social, durante a sua formação, Sandra fez valer na prática, para além dos livros de exatas, a Lei de Newton. Para ela, a única forma de lidar com a violência dos agressores, era respondendo na mesma moeda.

— Eu ia pra cima mesmo, eu sou assim até hoje. Porque eu acho assim, talvez o método que eu tenha usado seja errado, de bater nas pessoas, mas era a única forma que eu tinha pra me proteger. Porque era foda velho.

A autoaceitação, que já dominava Sandra neste momento, era um combustível para a coragem de enfrentar de peito aberto e cabeça erguida a violência que a oprimia nos primeiros anos da infância. Toda a formação escolar foi como uma gangorra, de pesos diferentes, de um lado estava ela sozinha, do outro, os agressores, que se dividiram entre

meninos e meninas, mas eram liderados, na maioria das vezes, pelos garotos.

De pouca conversa, Sandra não dava o braço a torcer, pau é pau, pedra é pedra. Se desconversar ou tentar intimidar, a coisa fica pior. Não demorou para os colegas perceberem isso, mas até que não testaram ao máximo o temperamento dela, recusaram-se a deixar de lado o bullying. Com porte físico maior do que as outras meninas, ela chamava, de fato, a atenção.

Comumente, pessoas LGBTQIAPN+ ao serem expostas a algum tipo de violência em local público, são alvo de tentativas de ridicularização e humilhação. Nas atitudes de quem oprime, o imaginário parece ser compartilhado e as práticas se repetem em diferentes contextos.

— Na minha época até cuspiam no chão quando eu passava, tipo, ai que nojenta.

Se nos dias atuais, há ainda inúmeras barreiras para a discussão desta temática nas unidades de ensino, se pensar na abordagem dessa realidade em um Brasil passando pelo fim de uma ditadura militar, que se estendia por 20 anos de autoritarismo e violência sistêmica, era ainda mais difícil. Sandra garante que era quase impossível que alguém se posicionasse sobre a situação. Guarda com gratidão nomes como o da professora Vladimir, que lecionava a disciplina de matemática, que a defendia das frequentes agressões e ofensas quando essas ocorriam na frente dela.

— Eu usava da minha força, não só física, psicológica também, para mostrar para as pessoas que eu era aquilo [lésbica], mas eu não era nenhum bicho, eu não era nada de anormal.

Sem deixar que a rotina exaustiva de combate ao ódio que recebia na escola afetasse integralmente seu rendimento, faz questão de ressaltar que nunca se deixou ser retraída e sempre se dedicou para alcançar boas notas. Coleciona histórias minimamente marcantes. Na lista de acontecimentos mais emblemáticos, lembra de um caso em que não teve nem tempo de pensar e reagiu imediatamente.

— Teve uma menina que eu arrastei na escada do colégio, que dava embaixo, no pátio. Eu fui descendo com ela, arrastando pelo cabelo, assim [gesticula dobrando o braço, punho fechado demonstrando força e sinal de quem puxa algo com a mão baixa na lateral do corpo], enrolei e puxei pela escada. Ela me chamou de sapatão, desgraçada e ordinária, — conta.

Ressalta a reação imediata após ouvir as ofensas:

— Falei, é? Então você vai ver o que é ordinária. — O resultado foi a cena narrada acima.

Sandra se orgulha de nunca ter assumido o papel de “coitadinha”. Dona do próprio caminho e segura de suas convicções, na ausência de uma medida por parte dos profissionais da escola, fazia a própria justiça: a vingança.

— O negócio é na pancada. Tudo se resolvia na pancada. Falou de mim? Pancada! Se não na mão, era no estilingue, com birosca [bolinha de gude]. Não dava? Eu pá na cabeça — gesticula como se puxasse e soltasse um estilingue, fecha um olho como

se mirasse na cabeça, do agressor (ou, pelo menos o que iniciou a agressão). Eu era assim.

Aos doze anos, recorda ter se envolvido em mais uma discussão durante uma partida de futebol na escola. Desta vez, com Jailson, um menino da sua sala, que no caso jogava no time contrário na aula de educação física. O time de Sandra fez um gol, ela correu para comemorar junto com o craque que aumentou o placar do time. Jailson tirou a atenção dos demais colegas e como se só Sandra estivesse comemorando, sentiu-se no direito de, irritado, correr na direção da única menina que participava da partida e aplicar uma rasteira. Ela caiu.

— Tinha um tijolo assim, ó, do lado. Aí eu taquei na cabeça dele. Aí teve que chamar minha mãe, meu pai, para ir lá.

Para ela, essa reação era normal. Com cinco dias de suspensão das aulas escolares, quando viu os pais entrarem no portão do Colégio, Sandra já estava convicta de que apanharia quando chegasse em casa, mas não exitou em argumentar.

— Não me bateu? Tem uma reação, né? Uma ação tem uma reação. Eu não estava mexendo com ninguém, estava só jogando minha bola. Vai me bater? Aí eu não iria chorar. “Ai, meu Deus!” Não! bateu em mim, eu vou bater em você também.

Jailson, por outro lado, neste momento já havia recebido atendimento médico, voltou à escola “cheio de ponto na cabeça”. Se aprendeu ou não a lição que Sandra queria passar, pelo menos a cicatriz ficou. Não deve ter esquecido facilmente do ocorrido.

Calculista, não era tão boba. Por vezes, preferia não agir no calor da emoção, optava por planejar como responderia às agressões verbais ou físicas sofridas. Até poderia não ser no mesmo dia, mas batido não passaria. Com tempo, planejava e quando o agressor menos esperasse, executava. Dizem que quem bate esquece, mas quem apanha jamais.

Com treze anos, consolidou-se capitã do time de futebol que só tinha meninos, além dela. Artilheira dos campeonatos interclasses, colecionava além de vitórias: inimizades. Certa feita, no final de uma das partidas, mais uma vitória para o histórico pessoal, incomodou um grupo de meninos. Cinco deles se juntaram e enquanto deixavam o colégio, um deles, em nome do grupo, afirmou:

— Vamos te pegar amanhã – ou seja, iriam bater na capitã do time adversário.

Sandra, sem nenhum pudor ou ressentimento, reagiu:

— Pode vir gente, fiquem à vontade.

Em casa, elaborou friamente como reagiria à altura de cinco meninos que queriam se juntar para bater nela. Lembrou de uma possibilidade, que descreve com clareza: pegou um revólver calibre 38, cano curto, cinco tiros, que o pai tinha em casa, carregou as munições, colocou na mochila e aguardou o dia seguinte chegar. Apesar da pouca idade, já tinha habilidade e familiaridade com a arma de fogo, aprendeu com o pai.

No dia fatídico, a rotina prevaleceu. Na escola, assistiu à aula normalmente, já consciente de que os meninos haviam marcado uma briga para o horário da saída. A sirene eletrônica anuncia o fim do horário de aula, o tumulto dos alunos, comum neste momento em qualquer unidade escolar, parece paralisar para Sandra, que nessa altura já não enxergava mais ninguém na sua frente, além dos cinco meninos caminhando em sua direção. A mochila estava nas costas.

— Eu coloquei a mochila para frente, abri o zíper, meti a mão no revólver, fiquei com a mão dentro da mochila. Eles foram vindo. Eu falei: “pode vir gente”. Foram vindo. Eu pá [gesto de quem saca uma arma, aponta para cima e intimida qualquer um]. “Vocês querem vir mesmo?” Todo mundo correu, nunca mais ninguém mexeu comigo.

Dona de fazer valer ditados populares, arremata mais um: remédio para doido é um doido e meio. Sandra não era exceção, a LGBTQIAPN+fobia naquele ambiente não perdoava quem se opunha aos comportamentos cis-heteronormativos. Francisco, um colega de classe, menino gay, também era alvo dos ataques. Talvez até mais violentos do que o que ela sofria, já que diferentemente de Sandra, o menino era retraído, esquivava-se de conflitos e não sabia reagir às agressões.

— Uma vez pegaram ele, levaram pasta de dente, abaixaram as calças dele e passaram a pasta de dente. Ele sofreu muito, — confessa.

Segundo ela, a situação do colega era agravada pela não autoaceitação dele. Sandra acredita que quando as pessoas LGBTQIAPN+ negam suas identidades para a sociedade, elas viram um alvo ainda maior das discriminações. No entanto, reconhece que na escola, a situação é mais difícil. Crianças e adolescentes que se diferenciam minimamente do padrão esperado já são automaticamente inseridos em rótulos que talvez nem conheçam e o processo de autodescoberta pode ser ainda mais complexo e doloroso neste contexto.

— Talvez ela nem se descobriu, mas tem que passar por um processo de aceitar o que ela nem sabe que ela é. O preconceito é tão foda que você não tem direito em dar um tempo para você, para a sua cabeça. “É isso que eu quero”. Você conversar com o seu corpo.

Por falar no processo de autodescoberta e autoaceitação, seu processo de libertação de uma característica física que lhe incomodava muito aconteceu de forma inusitada. O cabelo grande, cacheado, alcançando quase a região da cintura sempre foi um problema pessoal, intensificado quando as madeixas foram infestadas por piolhos. A mãe, dona Aurelina, tentou de tudo: passou creme contra os pequenos insetos, abusando da hipérbole, Sandra conta que quando passava o creme, lotava uma bacia de piolhos. Arriscou até passando inseticidas da Baygon — não tente isso em casa.

— Ela colocava, eu ficava tontinha — conta.

Não sobraram escolhas, Aurelina apelou para o corte drástico do cabelo. Passou a tesoura em tudo, deixou baixinho, como se estivesse usado uma máquina de corte de

cabelo com a lâmina número 2.

— Falei “ó, que felicidade!”. Aí acabou, nunca mais. Sempre cortava justificando inicialmente pelos piolhos. Adorei, adorei! Renasci das cinzas.

— O corte baixo é mantido até os dias de hoje.

A menina de cabelo curto, porte físico forte, jeito humilde, pés descalços no asfalto da rua, líder de time de futebol na escola e comportamentos questionados pela família e colegas, não sabia. Veria ainda jovem a vida mudar, graças ao futebol. Com 13 anos, um dos seus hábitos favoritos era jogar bola com os amigos no Largo do Tororó (Dique do Tororó), um dos principais pontos turísticos de Salvador, o único manancial da cidade, que conta com uma lagoa de 110 mil metros cúbicos de água, que tem sob seu espelho d’água, as famosas esculturas de oito orixás que parecem flutuar sobre as águas. O Largo, precisamente o local onde Sandra e os colegas brincavam, também está localizado em frente a Arena Fonte Nova.

Foi lá, de frente para a gigante Fonte Nova, que a jogadora de futebol de rua foi vista por um técnico de um time local, o extinto Usina Futebol Clube. Do Usina, foi vista pelo Senhor Ailton, representante do Associação Atlética de Luiz Anselmo (ADLAS) — time de bairro da cidade —, que ao notar o talento da jovem, fez questão de ir até a casa dela conversar com os pais para que Sandra fosse para o time dele. Do ADLAS, foi para o EuroSport Campomar, um time já maior, responsável pela virada de chave na vida da jovem baiana.

Diferentemente dos demais times que Sandra passou anteriormente, o Eurosport já possuía maior projeção nacional e fez um convite para que a filha do senhor Benigno fosse morar na capital paulista e ser contratada pelo time. A proposta era quase que irrecusável, especialmente para ela, que vivia no subúrbio de Salvador, não tinha muitas habilidades para outras possíveis profissões e sonhava em viver do esporte que praticava diariamente por pura diversão e paixão desde a infância.

— Ele veio conversar comigo. “Ó você tem vale-transporte, tem um salário e tal, não sei o que. Eu falei, agora? Estou indo. Foi tudo assim, sabe? Eu nunca fiz um teste, essas coisas. — conta, orgulhosa da trajetória pessoal.

Nessa época, mal sabia que a carreira estava apenas começando no esporte. Aos 20 anos, talvez tenha alcançado o ponto mais alto da vida de atleta, foi contratada para jogar no time profissional do Sport Club Corinthians, após um convite pelo então técnico do time paulista Ademar Júnior, depois que viu as habilidades da baiana em campo durante um clássico da seleção paulista. No Corinthians, ficou dois anos, depois, foi para o Palmeiras.

A carreira não se encerra no verdão. Sandra ainda passa pelo Nacional Atlético Clube, na grande São Paulo, depois vai para o interior do Estado jogar pelo Capivariano Futebol Clube, time do município de Capivari, distante cerca de 148 quilômetros da capital. De lá, vai mostrar suas habilidades na morada do sol, jogando em Araraquara, município localizado na região central do Estado, onde jogou pela

Associação Ferroviária de Esportes, time quatro vezes campeão paulista.

Só aposentou as chuteiras de vez depois de ainda passar por alguns times regionais de futebol de salão pelo interior de São Paulo, encerrando a carreira aos 36 anos. Do interior do Estado que a acolheu tão bem, a baiana não conseguiu mais sair. Fez das terras paulista o seu lar e construiu por lá, a sua vida pessoal. Trocou a vida agitada da capital baiana, pela calma das pequenas cidades do nordeste do Estado de São Paulo, distante até mesmo da capital estadual.

O contato com a família acontece, na maior parte das vezes, via telefone celular, às vezes, em alguma viagem anual. Atualmente, Sandra relembra do passado revendo fotos em álbuns, nas histórias ainda vivas pela oralidade, em reencontros com familiares e nas medalhas, troféus e banners da época do futebol. Residindo em Sales Oliveira, município com pouco mais de 11 mil habitantes, conforme censo demográfico de 2022, passa despercebida entre os olhares dos vizinhos e dos moradores, que por vezes a veem nos poucos eventos que acontecem na pacata cidadezinha.

As inúmeras experiências vividas fizeram adquirir maturidade para ressignificar suas dores e recalculas as ações. Se orgulha da trajetória, mas assume que poderia ter evitado alguns acontecimentos. Feliz com a vida que leva, com a companheira ao lado e a rotina calma, do alto de sua personalidade inconfundível, reconhece que mesmo madura, a discriminação ainda rodeia. Comparando os tempos da infância com os dias atuais, nota diferenças, mas não vê mudanças efetivas.

— A maldade que eles tinham lá na minha época, hoje, não é que eles não tenham, mas hoje é mascarado. Você não pode falar. Não é que você não queira falar, você não pode. Mas o preconceito continua o mesmo. [...] O olhar você percebe, o olhar discrimina.

Uma vez formada, a subjetividade pessoal de um indivíduo dificilmente será reformulada. A forma como essa pessoa se relaciona com as próprias emoções e com o mundo ao seu redor, dependem unicamente dessa formação pessoal. A Sandra menina, do período escolar, protetora do amigo Francisco, corajosa contra os meninos, reativa com as meninas, dedicada aos estudos e afrontadora na vida, ainda vive na Sandra de 51 anos. Por mais que tenha se moldado conforme os contextos, a coragem ainda prevalece. A garra no olhar e a convicção de que ser ela mesmo não são um problema. Na verdade, quem a vê como um problema, guarda dentro de si verdadeiros problemas.

A reação por vezes violenta desenvolvida ainda jovem como uma espécie de armadura para proteção contra os constantes ataques, continua guardada no cantinho de sua personalidade, caso precise ser reativada. Acerca disso, a baiana adverte:

— Antes a violência era um caminho, hoje não. Desde que a pessoa não venha me ofender. Se me ofender, aí é tiro, porrada e bomba. Não tenho problema nenhum com isso. Veio, ofendeu, eu baixo o couro.

**O silêncio como defesa
e a construção de um
refúgio interno**

— **N**a sétima série, na hora do recreio, todo mundo ficou fomentando a briga. Ele me discriminava, chamava-me de gay [pejorativamente], essas coisas. Os meninos fizeram uma armadilha. Falaram que eu e esse menino brigariamos e na hora que bateu o sinal, o pessoal saiu da sala, aí começou a briga, fecharam a porta da sala e eu apanhei de todos, você acredita? – inicia.

— Eram quantos meninos? – questiono.

— Sete – responde.

— Ainda bem que assim que graças a Deus não foi nada assim muito grave, né? Você imagina sete, se fosse muito grave eu teria me machucado tudo. Foi um tumulto assim.

— A professora já tinha saído? – pergunto.

— Já tinha saído. O pessoal tinha ido para o recreio, né? E aí, eles fecharam para me bater, e aí eu apanhei lá dentro. Deram chutes, socos, eu não consegui fazer nada.

— Eles te falaram alguma coisa durante as agressões? – interrogo.

— Não. Acho que eles só queriam judiar de mim mesmo. Vamos pegar esse menino para bater nele, — afirma.

— Quando e como eles param?

— Acho que cansaram. Pensaram, aí vamos bater mais não e vão embora. Eu lembro que fiquei bem triste, bem chateado.

— Depois disso você sai da sala? – pergunto.

— Eu fiquei lá dentro, fiquei com vergonha. Segurei o choro para não piorar a situação. Cheguei em casa e não falei nada para os meus pais.

— Nem neste caso houve intervenção dos profissionais da escola?

— Eles não viram, a porta estava fechada. Estava lá dentro da sala.

— Você também não falou nada para a professora, para ninguém? – questiono imediatamente.

— Não falei para ninguém, achei que pioraria se eu falasse. Que iria prorrogar isso, ou que eles me bateriam mais. A gente tem esse medo. Aí ficou por isso mesmo.

Quem narra este acontecimento, é quem neste capítulo chamaremos de Leonardo, em uma tentativa de respeitar e preservar sua identidade. Quem descreve este dia é um jovem, hoje já com 30 anos de idade, recém-formado em fisioterapia. Um homem esculpido pelos discursos e expectativas sociais que atravessam os limites de sua personalidade. Que tem vergonha aparente no olhar, que exala timidez ao evitar aumentar o tom de voz. Que quando levanta o olhar em direção ao outro, tem receio de errar nos gestos calculados.

Quem diz é Leonardo, o caçula de uma família de dois filhos, que tem um irmão sete anos mais velho. De infância simples, Léo teve sua vida marcada pelas nuances de se existir, rompendo constantemente com as expectativas e projeções que lhe foram atribuídas. Os percalços para trilhar sua própria caminhada na vida, não se distingue drasticamente de outros jovens LGBTQIAPN+ no Brasil, especialmente daqueles nas-

cidos nas diferentes regiões interioranas dos vários estados do país, que apesar de se diferenciarem geograficamente, possuem similaridades culturais inegável.

Foi só na fase adulta que, de fato, conseguiu se livrar de algumas amarras pessoais e se aceitar realmente, enquanto um homem gay, para ser mais preciso, por volta dos 25 anos. Isso não é tudo. Aquele processo tão aguardado, temido por algumas pessoas da comunidade, ignoradas por outras, o de falar abertamente com os próprios pais sobre a sua sexualidade, para Leonardo, este momento ainda não chegou. Antes que avancemos, para se compreender o final ou, pelo menos, o desenvolvimento de uma história real que pode estar sendo vivenciada neste momento, é preciso compreender o início.

A violência narrada em primeira pessoa pelo próprio Leonardo na introdução deste capítulo, para além de denunciar um caso específico de agressão, não ocorre apenas como o resultado de uma violência de indivíduos, mas da continuidade de um modelo de sistema que penaliza corpos que se distinguem da norma aceita socialmente. O filósofo contemporâneo francês, Michel Foucault, em sua obra “Vigiar e Punir”, demonstra como dispositivos de poder monitoram, normatizam e, na não adaptação do indivíduo ao modelo, pune e disciplina o ser. No caso em questão, o jovem de 13 anos se desviou das condutas que eram esperadas, pelo menos veladamente, para ele. A combinação dos fatores que antecederam as agressões acontece como uma comprovação da não aceitabilidade social de sua forma de existir, especialmente naquela em que ele estava inserido no contexto.

Foucault defende que os mecanismos de controle, diferentemente do que ocorria no século XVIII, não precisam mais de espetáculos públicos. A punição de se distinguir da norma, é naturalizada e disseminada, sem quase nenhuma preocupação, através de piadas, brincadeiras, comportamentos, na exclusão coletiva, nas redes sociais e, em casos mais drásticos, atingem níveis de brutalidades explícitas e, por vezes, irreversíveis, como o caso de Léo. A cultura que o cerca determina como nasce, vive e morre, uma violência legitimada, ainda que silenciada e ignorada, contra os corpos dissidentes — aqueles que se divergem da norma socialmente estabelecida em relação à identidade de gênero e/ou orientação sexual — o que são percebidos como desviantes por outra razões.

O jovem não foi punido pelos seus agressores diretos, mas pela norma que os habilita e valida suas formas de pensar e agir. O professor do departamento de psicologia da Universidade de Columbia, em Nova York, Derald Wing Sue, autor de várias obras que auxiliam na compreensão da formação e estruturação das violências, em um de seus trabalhos, debruça-se sobre as microagressões, observando que heranças ou características pessoais que o indivíduo possui naturalmente, vão inserir a determinadas situações de discriminação. Sob a perspectiva do professor, homem de família de origem chinesa, mas nascido e criado nos Estados Unidos, reconhece-se, por exemplo, que o fato de ele ter essa herança genética, já o coloca nessa posição de subalternidade, digno de um tratamento diferente dos demais.

A violência aqui é apresentada veladamente, a partir do reconhecimento e interpretação do outro sobre a sua existência. No decorrer de seu pensamento, o filósofo diferencia essas violências em três formatos: microassaltos, microinsultos e, por fim, a microinvalidação. Pelo primeiro, simplificarmente, trata-se de práticas que na atualidade já são identificadas como formas de violências reconhecidas, inclusive em diferentes legislações pelo mundo, como o racismo, a misoginia e a transfobia. Já os microinsultos são meios de se agredir corpos de maneira velada, por exemplo, quando alguém diz: “nossa, como você está bonito, emagreceu!”, existe nessa frase um microinsulto de que: quem é gordo não pode ser bonito?

Acerca das microinvalidações, debruça-se sobre o processo violento de deslegitimação da existência de um indivíduo, do não reconhecimento de uma forma de existência. Sendo a partir disso que uma estrutura se organiza de maneira excludente. No processo de formação cidadã, crianças LGBTQIAPN+ ou até crianças cis-heteronormativas, desenvolvem-se enquanto crianças queers – compreendido como toda experiência que não é cis e nem hétero, que se distancia da binaridade de gênero, fora do modelo da compulsoriedade heterossexual. Durante essa formação pessoal, as instituições sociais, especialmente, família e escola, exercem papéis de mediadoras, interferindo diretamente nas escolhas destas crianças, ofertando rotas alternativas quando alguns comportamentos passam a se diferenciar naturalmente do que foi esperado. Retiram-se dessas crianças a oportunidade de desenvolverem as próprias formas de existências.

Da forma de se comportar, gesticular, que cor gostar, que roupa vestir, gênero musical que deve consumir, com quem e com o que se deve brincar, relacionar-se e quais lugares frequentar. Escolhas que parecem sutis, mas estruturam um caminho pelo qual projetam para o outro, uma expectativa pessoal e que, em muitos casos, não contemplam as diferentes formas de existência. O processo pelo qual crianças e adolescentes queers são submetidos de terem que se despir das subjetividades, os fazem se autoafastarem das próprias existências, denunciando um tratamento social cruel que inviabiliza a coexistência de outras formas de viver e amar.

Na ausência de possibilidades de existir da forma autêntica com que essas pessoas se autoidentificam, surge a necessidade de driblar essas formas de violência. A criança queer está inserida em um campo das construções sociais, que já prescindem de sua própria existência, a partir de uma norma dominante, dentro de uma lógica de expectativas sociocomportamentais. A partir do momento em que essa pessoa se desenvolve e compreende que essa lógica estava pré-determinada, antes mesmo que ele nascesse, percebe-se a necessidade da criação de novas formas de existir, da adequação do lugar e do pertencimento social. Muitos passam por este processo sem, ao menos, perceberem que estão desbravando novas possibilidades e sem reconhecerem as próprias capacidades.

— Na adolescência, acho que esses traços ou trejeitos afeminados ficaram mais visíveis. Aos 12, 13 anos, isso já me causava desconforto por ser alvo de bullying e violência

na escola e por, às vezes, receber críticas dos familiares na preocupação de que eu me tornasse gay. Meus pais, meu irmão, primos falavam coisas do tipo: engrossa a voz, isso é coisa de menina, homem não faz essas coisas, — desabafa Leonardo.

No ambiente familiar e escolar, os pesadelos eram companheiros diários, nem precisava estar dormindo para que eles aparecessem. Na escola, lembra que um dos primeiros apelidos ofensivos atrelados a sua suposta orientação sexual, apareceu por volta da quinta série, o chamavam de Bambi, em menção direta ao filme de animação da Disney de 1942, onde o protagonista da história é um cervo-de-cauda-branca, ou um veado-de-cauda-branca.

— Eu odiava isso. Naquela época, nem eu processava certinho se eu era mesmo gay. Na verdade, a gente sentia, mas era algo que você queria evitar, tentar mudar. O pessoal xingando só piorava ainda mais a situação. Eu tinha medo dos meus familiares escutarem, de chegar para a minha família. Era horrível, — conta.

Com poucas amizades entre os meninos, sentia-se mais incluso no grupo das meninas. Despertando ainda mais os estereótipos dos meninos sobre ele, de onde vinham a maior parte das agressões. Léo afirma que os colegas sempre se referiam com os apelidos. Acredita que pelo estereótipo de mais fraco, frágil e comportamentos ditos afeminados, o tornava alvo fácil na mão de quem já tinha más intenções. As brincadeiras que os meninos gostavam de envolvê-lo eram aquelas que continham chutes, socos. Não era única e exclusivamente dos meninos que ele era alvo de violência: — Até de menina eu apanhei na escola, — confessa.

Durante uma confusão na sala de aula, foi agredido por uma colega. Uma outra, que há época se identificava como uma menina lésbica, em uma aparente tentativa de pertencer a maioria da sala e incentivada pelos apoios acalorados dos colegas, fazia de Leonardo, o alvo de agressões constantes.

— Ela sempre me batia. Onde ela me via, ela ia me bater, chutava, dava soco. Acho que ela me odiava. Era horrível, ficava muito mal. Eu nunca fui agressivo.

Não era a única, outro colega de turma fazia o mesmo. Como se estivessem, naturalmente, em um posto de superioridade se comparado ao jovem. Sempre retraído, sem ter com quem contar ou quem protegê-lo, era revitimizado diariamente pela atuação dos agressores diretos e pela negligência de quem deveria defendê-lo dessas diferentes formas de violência. Davam tapas, chutes, socos sem motivos. Não existam razões plausíveis e toleráveis para a violência no ambiente escolar, mas eles sequer foram apresentados abertamente.

— Acho que era um ódio gratuito. A minha vida era ficar com medo de ser agredido a qualquer momento, vergonha dos apelidos. Medo de que se tivessem algum evento na escola que algum familiar fosse, que alguém me chamasse disso próximo e trouxesse esse problema para casa.

Na tentativa de encontrar razões que justificassem o tratamento recebido, arrisca que para além dos comportamentos físicos, os gostos pessoais também contribuíam

para o resultado final de sua personalidade autêntica. A caneta colorida e o caderno com figurinha eram alguns dos desejos que são assimilados às meninas, mas que Léo também desejava. A dualidade entre o querer ter para suprir suas vontades, mas ser exposto a onda de questionamentos sobre sua identidade e ter de negar a real personalidade, o colocava em constante conflito interno.

Comumente, durante as inúmeras tentativas de expor pessoas socialmente minorizadas ao ridículo, grupos dominantes abusam do constrangimento público para venderem uma ideia que seja facilmente espetacularizada pelos demais presentes. Na escola, durante reuniões em grupos, leituras, apresentações artísticas, esportivas e até em trabalhos dentro das próprias salas de aula, tornam-se palco para a atuação destes grupos que atuam na fomentação e na disseminação do discurso de ódio. Leonardo não saiu ileso.

— O pessoal começava a rir. Teve um dia que a sala inteira começou a rir. Foi horrível, era um trabalho de geografia, eu precisava me apresentar sozinho. Quando fui apresentar, minha voz começou a oscilar, voz afeminada e a sala inteira começou a rir. Foi bem traumatizante, — relembra.

Neste caso, diferentemente de outras, a professora que estava na sala e presenciou a ação coletiva da turma contra Leonardo, condenou a atitude dos colegas e tentou confrontar a sala enaltecendo a capacidade do aluno. Atitude nobre, mas que não surtiu efeitos. Especialmente depois desse acontecimento, o jovem desenvolveu quadro de ansiedade grave, sofrendo para realizar outras apresentações do tipo.

— Eu sempre tive essa coisa de não conseguir me defender e acho que o pessoal se aproveitava disso. Ainda na sétima série, teve um dia em que uma menina estava tratando com dipirona o piercing que ela tinha colocado — por mais que não seja recomendado por autoridades médicas, é comum que ao se inflamar a aplicação de um piercing, pessoas arrisquem aplicando o analgésico diretamente na ferida aberta, em uma tentativa de aliviar a dor ou tratar a inflamação. Ela pegou o negocinho da dipirona que tinha passado no piercing e passou na minha boca. Foi um sentimento de “cara, olha o que ela está fazendo comigo?” Sentimento de humilhação mesmo.

Nessas experiências constantes, reconhece que apesar de serem os emissores da violência, os colegas de turma possivelmente eram também vítimas da cultura que os rodeavam e ditavam quais padrões comportamentais eram ou não aceitos. Assim, eles poderiam sim ter certa consciência do discurso adotado contra pessoas como Léo, ou simplesmente reproduziam sistematicamente, ideias que eram replicadas em outros ambientes sociais como igreja ou família. A inferioridade imposta socialmente aos corpos dissidentes expõe lacunas sociais. Enfaticamente, o escritor e psicanalista brasileiro, Contardo Calligaris, defendeu que Deus, família e pátria, são, cronológica e respectivamente, as matrizes do mal e da imoralidade na história humana. Em nome destes, Calligaris afirmou que a humanidade cometeu seus piores crimes. Na prática, torna-se possível analisar que a religiosidade, o conceito de família e o patriotismo, andam lado

a lado na estruturação de normas dominantes, difundindo-se o que deve ou não ser aceito socialmente.

— Na minha infância, eu brincava muito com meus primos, com alguns filhos de vizinhos, eu já tinha uma maneira diferente de agir comparado aos garotos da minha idade. Gostava de maquiagem minhas tias, de bandas como Rouge, RBD. Coisas que meu irmão dizia ser coisa de mulher. Até a forma como eu sambava meu irmão achava que era jeito de mulher, — destaca, Léo.

Para além dos muros escolares, as consequências dos fatos vividos naquele ambiente também se externalizam. Ainda na vida adulta, Leonardo correlaciona comportamentos que possui atualmente, em detrimento do tratamento social que recebeu, enquanto ainda era jovem. A sensação de estar em algum espaço público, deparar-se com pessoas rindo entre si e o acontecimento parece ter algo a ver contigo, por mais que não seja relacionado a sua presença no local. Não por uma importância que detenha sobre o contexto, mas sim sobre o incômodo que a ocupação deste corpo em determinados lugares representa. A falta de inclusão, representatividade e diversidade nos diferentes ambientes sociais, expõe essas pessoas ao recorrente lugar de deslegitimação da própria existência, do não pertencimento social.

— Até hoje eu sinto isso. Hoje em dia eu me aceito assim né, gosto, é que às vezes eu tenho a impressão de que tenho alguns problemas. Às vezes, fico pensando se seria diferente, se eu fosse hétero, seria diferente? Eu passaria por isso?

Na adolescência, para além de serem inseridos em diferentes formatos de convívio e experiências sociais, este se torna o momento também em que o indivíduo passa a viver suas próprias descobertas internas, do reconhecimento das reais formas de expressar, identificar no mundo, de experimentar novas sensações, explorar vivências diversas. Com a chegada da puberdade, período definido como a transição da infância para o início da fase adulta, alterações físicas e hormonais significativas também dominam o consciente deste novo adolescente que surge. Com isso, é quase que natural que as primeiras relações românticas surjam nesta fase da vida.

Neste contexto, Léo também teve sua experiência pessoal. Se sentindo atraído já definitivamente por outros meninos, decidiu arriscar e contar para um colega que estava a fim de um garoto da sala vizinha. O intermediador seria o responsável por fazer a paixão desabrochar, mas, na prática, um cavalo de Tróia havia sido arquitetado. Colhendo informações com Léo, o mensageiro corria na sala vizinha e noticiava para a turma o suposto amor que estava se iniciando na escola, tornando o outro jovem, também exposto ao constrangimento de ser supostamente LGBTQIAPN+ naquele cenário. Ele não era.

— O povo zoava tanto eu quanto o menino. Ele ficou com ódio mortal de mim. Foi muito chato. Um dia eu fui cumprimentar ele. Ele virou as costas para mim, mostrou o dedo do meio, — paixão cancelada, primeiro caso para a coleção de desamores.

Na vivência LGBTQIAPN+, em suas diferentes possibilidades e nuances, aconte-

cimentos mínimos se tornam grandes conquistas pessoais: concluir uma graduação, ser promovido a cargo de liderança no emprego, ler em voz alta na sala de aula sem ser interrompido por risadas, vestir roupas conforme seus gostos pessoais, livrar-se das expectativas familiares, apresentar um namorado para os pais e construir uma relação estável.

— Com 16 anos, eu conheci alguns amigos que se assumiram bissexuais, então eu não me senti tão mal, tão diferente, vi que tinha pessoas próximas de mim, que me entendiam, que eram como eu. Isso me deixou mais tranquilo, a preocupação passou a ser pelo que as pessoas fariam ou como agiriam quando soubessem. Foi como se o mundo me abraçasse depois de eu me sentir tão estranho e a parte dele, — confessa.

Apesar disso, lamenta não ter conseguido se livrar totalmente das incertezas da vida agravadas pelo fato de ser quem ele é.

— Um pensamento que muito me rondou durante anos foi que eu não poderia ser feliz por ser gay, ou que essa orientação me traria solidão. Ainda tenho um pouco desse medo, — afirma.

Desvendar essa ferida pessoal de Leonardo confronta diretamente discursos ideológicos como o de que o Brasil é um país inclusivo, diverso e livre das amarras do preconceito. Mais do que o retrato de uma vida que não se limita aos fatos narrados, a história do jovem se assemelha a outras milhares de existências, que são diariamente rotuladas, estereotipadas, aniquiladas e censuradas de diferentes formas. A desesperança estampada nas expectativas sobre o seu futuro, externaliza a dor interna. Uma frase só passa a existir a partir do momento em que ela retrata as angústias e dores de quem a proclamou. Quando denuncia em palavras, uma tragédia vivenciada. Não há nada mais frustrante do que ter que deixar de existir, para resistir, mesmo que passivamente.

**A reparação da memória:
o resgate da existência
pelo ato de ensinar**

O braço esticado e o cotovelo apoiado sobre a mesa. Na mão, o celular. O gesto demonstra o cansaço de quem já estava a quase 5 minutos exibindo um vídeo que fez questão de me mostrar, após mais de uma hora de conversa sentado no lado externo da conveniência de um posto de gasolina na saída principal de São Joaquim da Barra (SP). O vídeo em questão, tratava-se de uma reflexão feita pelo influenciador digital, youtuber e publicitário, Danilo Dabague. Ou melhor, pela drag queen de Danilo: Lorelay Fox.

Apenas nessa plataforma de vídeo, Lorelay conta com mais de um milhão de seguidores, por lá, o artista se debruça sobre temáticas de representatividade, humor e cultura pop. O vídeo que o professor Rubens Donizete Santiago Júnior fez questão de apresentar, não era um conteúdo recém-publicado, a data de compartilhamento consta 15 de outubro de 2015. Dez anos separam a data de publicação do vídeo com essa conversa no qual ele foi citado.

Na cronologia do tempo, a temática abordada ainda se faz pertinente. O título do vídeo, “Gênero nas escolas”, esclarece literalmente e de imediato do que se tratam os 4 minutos e 56 segundos de gravação. Não foi por acaso que a drag queen veiculou o vídeo no dia em que se comemora o dia dos professores, ela própria evidencia isso na legenda do mesmo. “É dia dos professores, desta vez trataremos a questão de gênero nas escolas e na educação! Até que ponto a escola pode discutir preconceito, machismo, transexualidade, homofobia e gênero com as crianças? Quais os impactos destas discussões — e da falta delas — para a sociedade e para o aprendizado? Existe uma ideologia de gênero?”, instiga.

Com um cabelo longo e loiro iluminado, maquiagem forte com sombras azuis nos olhos e batom rosa, vestido e brincos vermelhos, Lorelay introduz o vídeo relatando sua experiência pessoal, enquanto um homem gay no ambiente escolar. Segue definindo o que seria a escola, com base em seus conhecimentos, o qual define como “um espaço para ser livre. Para aprender a conviver, entender direitos e deveres. O primeiro momento da sua vida onde você experimenta a sociedade”. Ainda passa por definição de sexo e, de maneira didática, questiona estereótipos sociais e normas binárias.

No encerramento, o influenciador defende que discutir gênero nas escolas, vai além de se debater homofobia. Para ele, discutir gênero passa por questões como sexismo e machismo, finaliza defendendo que se trata de “direitos humanos, igualdade, união e respeito para toda a sociedade”. O vídeo foi apresentado por Rubens em uma tentativa clara de reforçar o que pensa acerca do debate de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Com 39 anos, Rubinho, como prefere ser chamado, é daqueles tipos de pessoas que dispensam apresentações. O jeito simpático, educado e extrovertido, o apresenta sem que ele precise procurar palavras. Aqui, torna-se necessário arriscar uma sintetizada apresentação. Nascido em 12 de março de 1984, em Orlandia, interior de São Paulo, o primogênito de uma família de apenas dois irmãos. Formado em educação

física, pós-graduado em dança, também possui titulação de graduação em pedagogia, biologia e arte. Definitivamente, os estudos e o ambiente escolar são os combustíveis da sua história, se não, toda ela.

O molho de chaves pendurado por um cordão no pescoço, parece fazer parte dos acessórios obrigatórios durante a rotina do dia-a-dia. Nos corredores da escola, as chaves são substituídas pelo apito sobre o peito, quando não, estão ambos lá. Coisa de educador físico ou de Rubinho. Com personalidade marcante, melhor que aqui comecemos sobre o lado bom da vida. Quem o conhece concordaria com a afirmação de que para ele, o lado bom da vida seria onde se pode viver livre, autêntico e feliz.

O jeito Rubinho de ser, parece cultivar admiração e carinho por onde passa. Nas escolas, torna-se quase unânime o respeito e o amor dos alunos e demais funcionários pelo professor. Dedicado ao trabalho e apaixonado pela educação, encabeça projetos culturais, esportivos e elucidativos. Desafia estereótipos, quebra paradigmas e debocha do que poderia se tornar algum problema para qualquer outra pessoa. Santo que não é, recorre ao apito, ao grito ou palmas quando necessário. Nas salas de aula ou na vida pessoal, isto é, se for possível diferenciar um do outro.

Fora das escolas, dedica-se também aos trabalhos freelancers como coreógrafo. De longe, sem precisar de muita pesquisa, pode-se garantir que foi o responsável pela preparação de coreografias de debutantes de uma grande parcela das meninas da cidade. Se orgulha da trajetória na dança, uma aliada na vida pessoal, símbolo de resistência, esperança e possibilidade. Não só para ele, a dança desde o século XX tem sido uma aliada histórica da população LGBTQIAPN+.

Na violenta Nova York dos anos 80, a cultura ballroom passou a cumprir um importante papel de ferramenta para articulação e resistência da comunidade. Foi essa cultura que permitiu que pessoas queer, comumente marginalizadas passassem a ter suas vozes ecoadas pelas ruas da cidade. Juntas, pessoas LGBTQIAPN+ organizavam batalhas técnicas que esbanjam glamour, construindo um contexto mais seguro, que atuava na busca por direitos, força e respeito. Ao passo em que esses grupos avançavam em suas mobilizações, formaram-se grandes grupos e eventos, onde demonstravam habilidades, roupas autorais que exalavam personalidades, além de explorarem as temáticas de gênero e de sexualidade.

Na fase adulta, a dança personifica sua força e se tornou símbolo de resistência e trabalho. Rubinho relembra que o seu trabalho de conclusão de curso da primeira graduação — Educação Física — foi sobre dança inclusiva, pesquisa que posteriormente o levaria a ser selecionado para a pós-graduação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Se o sucesso aliado à dança faz parte da atualidade, o percurso até chegar aqui não foi tão fácil quanto seria possível imaginar. Ainda muito novo, já possuía quase que naturalmente habilidades para a dança.

— Eu sempre fui muito artístico. Lembro quando eu estava no prezinho, já dançava. Então, a professora sempre me pegava para dançar. Sempre fui noivo de quadrilha.

Com 10 anos, resolveu frequentar as aulas de ballet, em um estúdio de dança da cidade, o único menino da turma. Por este fato, assumia o protagonismo de quase todos os festivais de dança em que o estúdio participava ou realizava. Em um destes eventos, esteve na inauguração de um clube esportivo, no bairro Baixada em São Joaquim da Barra, ocasião que reuniu centenas de moradores e associados do clube. Os pais de Rubens estavam no meio da plateia, assumidamente conservadores nos costumes. O pai se mostrava mais relutante a ideia do filho fazer parte de um grupo de dança, aquela seria a primeira apresentação que ele assistiria.

A ansiedade e o nervosismo do jovem eram justificáveis. Qual poderia ser a reação do pai ao saber que ele era o único menino do grupo e, mais do que isso, como ele reagiria ao vê-lo com uma espécie de collant — roupa de fibra elástica aderente ao corpo, comumente utilizado por ginastas e bailarinos — cavado.

— Quando ele viu que só tinha eu de menino, entrei no carro e ele falou assim ó ‘me dá essa roupa aqui’. Aí ele rasgou a roupa da dança e falou ‘você nunca mais vai fazer isso, isso é palhaçada. Não é coisa de homem fazer, não tem vergonha não?’ Rasgou, jogou fora, sumiu com a roupa.

Não bastasse a truculência para impedi-lo de fazer o que queria, o pai decidiu ir a fundo. Segundo Rubinho, para testar e moldar sua masculinidade, o matriculou no kung-Fu, em uma academia, onde o irmão mais novo já praticava a arte marcial de origem chinesa. O patriarca da família só não contava que o filho firmaria um acordo com a mãe após uma proposta irrecusável da única mulher da casa.

— Aí minha mãe falou. “Eu pago ballet para você, sem seu pai ficar sabendo, aí você vai no kung-fu para agradá-lo”. Eu ia amarrado no kung-fu para poder dançar depois.

Motivado pelo amor à Xuxa, sua principal referência artística à época, admirava, além das coreografias, a beleza, o cabelo loiro e as botas da eterna rainha dos baixinhos. Foi assim que nutriu seu amor pela dança e fez dela seu escape pessoal para as adversidades e desafios que enfrentava dentro e fora de casa.

Os comportamentos que incomodavam o pai e a sociedade, não se limitavam à dança. Na hora de brincar, também rompia com os ideais sociais, preferia as bonecas em vez da bola e dos carrinhos, brincava de casinha e em vez dos super-heróis, tinha uma heroína: She-ra, o alter ego de Adora, uma super-heroína da franquia Masters of the Universe, irmã gêmea perdida de He-man, herói de grande sucesso nas décadas de 80 e 90.

Na rua, juntava-se às meninas nas brincadeiras, o que motivava preconceito até dos pais das colegas, que as impediam de manter contato com o garoto. Em resposta ao preconceito, arrancava a cabeça das bonecas das meninas. Acreditava que se fosse para serem inimigos, deveria haver motivos plausíveis e este, sem dúvidas, seria. Estudante de escola pública teve uma infância que não se diferencia muito das demais, vivenciadas neste contexto do interior paulista.

Idealista que diz ter se tornado ainda muito novo, foi um defensor de sua moralidade e costumes, acredita que se ganha o respeito, dando exemplo. Reconhece que existem aquelas pessoas que se esforçam para ultrapassar limites e incomodar o espaço do outro. Para essas, por vezes, não soube como reagir, mas quando aprendeu, não abaixou mais a cabeça e sempre soube o que falar.

— Eu sempre levei para o lado do respeito. Eu nunca desrespeitei ninguém, mas ninguém vai me desrespeitar. Eu nunca pus a mão em ninguém, mas ninguém põe a mão em mim.

Em 1999, o Brasil enfrentava uma grave crise econômica, marcada pela desvalorização do Real e a mudança para um regime de câmbio flutuante. Fernando Henrique Cardoso iniciou o segundo mandato como presidente do país, na cultura, o filme “Central do Brasil” protagonizado por Fernanda Montenegro foi lançado e indicado ao Oscar; Caetano Veloso era o artista mais ouvido do país com a canção “Sozinho”, enquanto a população mundial temia o ‘bug do milênio’, uma ideia de que a virada do século causaria um mau funcionamento dos sistemas de comunicação e computadores.

Em São Joaquim da Barra, a cidade era governada pelo médico pediatra Jorge Antônio Barbosa Sandrin, momento em que o município vivia um crescimento econômico e desenvolvimento urbano significativo, com destaque para a agricultura, dominada pela soja à época. Rubinho, no auge de seus 15 anos, passava o tempo livre frequentando os clubes e pequenos eventos que eram realizados na cidade, que naquele momento possuía pouco mais de 41 mil habitantes.

Em uma dessas idas aos clubes, em uma inauguração que estava acontecendo, um dos meninos que estudava com ele, ao vê-lo passar, esticou o pé, o fazendo tropeçar e quase cair. Não precisava de mais nada para que a reação fosse imediata e pontual.

— Você tá pensando que é o que? — esbravejou Rubens contra o provocador.

O bate-boca estava montado. Não demorou para que o menino passasse a utilizar de ataques com conotações homofóbicas a fim de expô-lo a uma situação de constrangimento. Rubinho arrastou a discussão até que o agressor cedesse. Contra-argumentou todas as ofensas e mostrou que tinha convicção de quem era e o que defendia.

Dos 13 aos 17 anos, trabalhou na agência dos Correios na cidade, localizada na área central do município, distante três quarteirões da praça principal, a Sete de Setembro. Na década de 90, no quarteirão da Praça, havia um café, que comumente atraía senhores de mais idade, pertencentes aparentemente a uma elite da sociedade joaquinese. O local era rota de Rubinho para o trabalho, diariamente passava em frente ao estabelecimento que normalmente estava com seus frequentadores todos sentados.

Quando passava, era o centro das atenções. Passou a ser chamado de “viadinho dos Correios” pelos homens. Foi assim diariamente até que despertassem a revolta interna do jovem.

— Falei não, não vou aceitar mais. No dia que eu acordei com a pá virada, na hora que um deles falou ‘viadinho do correio’, já desci da bicicleta, joguei ela e entrei lá dentro do café da praça. Foi aquele revertério. Chamei ele de velho, horrível, feio.

A confusão foi parar no RH do trabalho de Rubens. Ligaram do café informando que o jovem funcionário havia brigado e batido em um cliente do estabelecimento. Segundo ele, foi salvo de possíveis punições por ser menor de idade e não haver previsões legais que poderiam ser aplicadas contra ele.

— Eu era adolescente, o que eles iriam fazer? — ironiza ao lembrar da situação.

O ambiente de trabalho, não apenas na agência em que trabalhava nessa época, sempre foi um ambiente hostil, desde a juventude. No ambiente escolar, também era alvo certo das piadas e brincadeiras agressivas e de duplo sentido quase que o tempo todo. Por mais que ele próprio ainda não possuísse uma real certeza quanto à sua orientação sexual, acredita que seus comportamentos já o colocavam em um local notavelmente fora dos padrões comportamentais esperados para um menino adolescente.

Na tentativa de suprir uma lacuna da expectativa social que existia sobre ele, se dedicava aos estudos, para provar que poderia ser bom em outras coisas. A caligrafia era impecável, as notas eram sempre as maiores da turma e os trabalhos escolares sempre bem feitos e elaborados. Era até defendido pelos professores, que não admitiam ódio contra um dos melhores alunos, a quem faziam questão que fossem sempre que possível, o representante de classe. Todos os anos, milhares de crianças e adolescentes se evadem do sistema escolar.

Uma pesquisa feita em parceria entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), divulgada em julho de 2025, mostrou que há cerca de 993 mil crianças e adolescentes com idades entre 4 e 17 anos sem frequentar a escola no Brasil, sendo que o grupo de 15 a 17 anos concentra o maior índice, sendo 440 mil adolescentes fora do ambiente escolar.

São vários os fatores que contribuem para esses números, as desigualdades socioeconômicas, questões que perpassam debates de classe, gênero e raça, mas também aparecem a discriminação e a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ neste contexto social. Felizmente, este não foi o final da história de Rubens.

Depois de tanto temer, de ficar tentando prever quais seriam as reações dos familiares ao ouvirem de sua boca a informação de que ele era de fato homossexual, uma força interna brotou inexplicavelmente dentro seu ser. A relação com a mãe, foi sempre muito amigável, havia abertura e respeito mútuo suficiente para que essa conversa acontecesse, mas foi com a avó, Dona Sebastiana, uma vendedora de cosméticos e ‘fazedora’ de perucas, de 92 anos, com quem decidiu abrir o coração.

Apesar da idade, Dona Sebastiana prova até os dias de hoje que idade nunca foi sinônimo de preconceito ou de alinhamento com comportamentos e ideologias mais

conservadoras. Ao ouvir do neto que ele se interessava romanticamente por outros meninos, não exitou em afirmar que sempre soube desde criança e que não havia nenhum problema, pelo menos para ela. Viver uma vida que vale a pena viver, passa pelo respeito ao outro e pela liberdade de se ser quem se é.

O alívio de ter conversado com a avó e posteriormente com a mãe, aos 16 anos, tirou de Rubinho, uma carga pessoal de emoções negativas e de um medo que carregava forçadamente. Depois disso, mudou a forma com que lidava com as violências sofridas nos lugares que frequentava, especialmente na escola. No lugar do menino que não sabia como reagir às ofensas, surgiu uma pessoa que enfrentava, contra-argumentava as ofensas e revidava as provocações.

Se antes o lugar de “viadinho” era tido como algo pejorativo e que não lhe cabia, Rubinho passa a assumir socialmente sua verdade interna, a viver conforme deveria ter tido a oportunidade de ser desde criança: desprendido do olhar do outro, de rótulos comportamentais e expectativas alheias sobre a sua forma de existir.

Ao lado de um amigo, que após vê-lo se desprender dos receios e limitações que outrora foram impostos, também se encorajou a conversar com os pais sobre sua orientação sexual, passou a unir forças e a combater o ódio coletivo do qual era rotineiramente vítima. A sensação era de que ocorria, diariamente, uma guerra no pátio da escola. Antes de se entenderem enquanto homens gays, Rubinho e o amigo já haviam notado semelhanças comportamentais entre eles, especialmente o amor pela dança, o que fez com que ambos se tornassem grandes amigos.

Depois da virada de chave na vida de Rubinho, aos poucos, a violência pareceu cessar, o que ele acredita à forma de reagir às violências que adotou. A maneira mais ousada e autêntica de reagir, diz ter herdado dos ensinamentos das amigas travestis, com quem mantinha contato e relatava os episódios de violências sofridas. Foi assim que alcançou respeito, reagindo à altura de quem lhe atacava. A velha história de que chumbo trocado não dói.

— É uma reação necessária. Porque assim, se você aceita e abaixa a cabeça, eles vão aprontar com você. A partir do momento que você dá um basta, coloca esse para lá, que não é assim não, que não venha não porque o negócio vai ser diferente.

Em casa, com um pai idealista, religioso e machista, o embate parecia não ter fim. Os confrontos só amenizaram após o jovem se formar no ensino médio, trabalhar, adquirir independência financeira, ajudar em casa e iniciar o ensino superior. Com a ajuda financeira em casa, com a carteira de motorista em mãos e o carro na garagem, a história de que homens gays possuíam uma espécie de demônio no corpo, deixou de existir.

O relacionamento conturbado entre pai e filho, estreitou ainda mais a relação do jovem com a mãe, que também era vítima de um relacionamento marcado por episódios de misoginia e comportamentos nocivos. Na faculdade, já convicto de seus ideais e de quem era, não se deixava intimidar por ninguém, por mínima que fosse

a tentativa.

Em uma das disciplinas, lembra sem muita precisão de detalhes, que uma certa vez ocorreu uma dinâmica durante a aula. A ideia parecia ser a de que cada aluno assumisse o papel de uma minoria social que estivesse ocupando uma profissão que socialmente, não são comumente associados.

— Um homem negro advogado, uma mulher trans médica, uma professora ninfomaníaca, um treinador autista e um ginecologista homossexual.

Os critérios parecem estar confusos, talvez devido ao tempo que isso aconteceu, cerca de 22 anos atrás. Em síntese, a dinâmica escalou o tom do debate quando ninguém se propôs a assumir o papel da mulher transexual ou do homem gay. Quando questionados, houve alunos que argumentaram que essas pessoas estariam em postos que não seriam viáveis para elas, já que segundo eles, são pessoas que normalmente “dão muito trabalho, são escandalosas”. Além disso, houve quem se viu no direito de argumentar que essas pessoas são mais propícias a serem atraídas por interesses sexuais, o que poderia inviabilizar a atuação profissional destas pessoas, por exemplo, como ginecologistas.

Rubinho não se absteve de um posicionamento, assumiu seu lugar de fala e mais do que isso, da sua propriedade de fala, para contra-argumentar os colegas de turma. Defendeu que a estereotipação da comunidade LGBTQIAPN+ como pessoas relacionadas a uma espécie de perdição sexual, maior libido e potenciais criminosos sexuais, faz parte de um pensamento ultrapassado, carregado de preconceito e desconhecimento. Para ênfase em seu discurso, elevou o debate para questões de consciência de classe e raça, além de apontar uma incoerência nas falas de homens héteros que condenam a existência de mulheres trans perante a sociedade, mas, muitas vezes, as procuram em centros de prostituição.

À época dos fatos faltam dados que comprovem essa complexa relação entre o preconceito e o interesse sexual por esses corpos marginalizados. No entanto, desde 2016, o Brasil assumiu o primeiro lugar na lista dos países que mais consomem pornografia transexual no mundo, em uma das maiores plataformas de conteúdos adultos, a RedTube. A divulgação destes levantamentos se tornou uma iniciativa anual dos maiores sites pornôs do mundo, que normalmente divulgam as categorias mais acessadas pelos usuários, detalhando fetiches, celebridades, palavras-chaves e tendências.

Os números não asseguram uma certeza absoluta, mas denunciam uma tendência que destoia dos argumentos dominantes. Enquanto discursos de ódio, políticas conservadoras de controle das liberdades sexuais e de gênero avançam a plenos pulmões no país, a busca por corpos e relações sexuais de pessoas transexuais no ambiente virtual sob a proteção da anonimidade que o ambiente virtual confere, revela uma fatídica contradição social.

Apesar dessa dinâmica que marcou a passagem de Rubinho pela primeira gra-

duação, ele afirma que a vivência universitária foi muito prazerosa. O cabelo grande e o roupão rosa pink para as aulas de esportes aquáticos renderam alguns apelidos: Moana, Pocahontas e outros. Ainda presidiu a comissão de formatura da turma e era o humorista da sala.

Graduado, viu suas perspectivas mudarem. Neste cenário, assumiu o papel de educador, deixando de buscar referências em seus professores, passando a ser exemplo para seus alunos, na inversão de papéis ocasionada pelos quereres da vida e do esforço pessoal. Rubinho faz questão de manter vivo o amor pela educação. Acredita em um formato de lecionar que ultrapassa a escolarização, que abrange a humanização, o afeto, a arte e a responsabilidade que há no processo de formação de diferentes indivíduos sociais.

Defensor da liberdade, confessa sem receio acreditar que até para essa, há limites. No posto de professor, vê as gerações atuais como desbravadoras de uma liberdade ilimitada, que normalizaram a exposição e reprimem quaisquer limites. O professor critica alguns comportamentos, por exemplo, casais homossexuais que se beijam em espaços públicos, mas antes de qualquer reação contrária, tem a mesma visão sobre casais heterossexuais.

Acredita que há lugares que necessitam de um comportamento mais respeitoso de ambas as partes e vê o respeito como algo que deve ser cultivado, sem extrapolações de ambos os lados. Para Rubens, a vida pessoal precisa ser reservada, especialmente a vida sexual, algo íntimo e que não precisa se tornar público explicitamente. O rompimento com os limites morais destes comportamentos são vistos como vulgaridade pelo professor.

Na escola, diz notar que atualmente há uma inversão de constrangimentos e uma sucessão constante de comportamentos desrespeitosos. Denuncia que adolescentes LGBTQIAPN+ adotam comportamentos desrespeitosos como conotação sexual contra os colegas héteros, mas que inegavelmente também existe a prática inversa. Com livre acesso às questões de gênero e sexualidade com os alunos, Rubinho consegue passar para os adolescentes informações que normalmente não chegam até eles.

Na ausência de medidas efetivas que atuem na inclusão de pessoas LGBTQIAPN+, no ambiente escolar, Rubinho tenta sanar as necessidades que surgem no dia-a-dia da escola. Em uma das instituições escolares que atua, deparou-se com um caso em que um menino — biologicamente falando — possuía dualidades quanto ao gênero e aderiu a vestimentas femininas, envolveu-se em um debate sobre a utilização dos banheiros, separados por gêneros. Na falta de possibilidades que pudessem solucionar de imediato a situação, o professor propôs que o aluno utilizasse um banheiro único, destinado às pessoas com deficiências físicas, mas que nesta situação, proporcionaria maior conforto, segurança e privacidade para o adolescente.

Do lado oposto das carteiras escolares, na frente da sala, no comando da aula, na rotina de professor, nem todo caminho na busca pelo respeito foi percorrido sem em-

pecilhos. Entre um avanço e outro, pode-se assegurar que alguma infelicidade acontecerá, exceto se houver alguma pavimentação digna da espiritualidade que prepare a passagem. Sair do posto de aluno e passar a ser professor, muda totalmente a perspectiva, mas não afasta a sensibilidade de quem sabe como foi estar do outro lado.

No dia-a-dia, é raro que comentários discriminatórios partam dos alunos, mas dos pais, não é possível assegurar a mesma situação. Em uma semana de palestras, em uma escola de ensino técnico onde também leciona, uma palestra ministrada por uma vereadora transexual da cidade, que possui formação na área da saúde, sobre saúde sexual e infecções sexualmente transmissíveis (IST's), gerou manifestações condenatórias de pais de alunos, especialmente de um pai, que gravou um vídeo condenando o evento e dizendo ser um absurdo o assunto e a palestra. Segundo Rubens, o autor do áudio, que viralizou nos grupos da cidade e virou pauta de jornais e programas de rádios locais, correlacionava a transexualidade com sexualidade.

Talvez até mais emblemáticos do que este caso, o professor retoma alguns fatos ocorridos no início da carreira profissional. Recém-formado em educação física, em meados de 2007, Rubens começou a lecionar em uma escola de ensino infantil e fundamental particular no município de Ipuã, distante cerca de 32 quilômetros de São Joaquim da Barra. O entusiasmo e o encantamento com a nova realidade o faziam se dedicar profundamente à preparação das aulas.

Para que as aulas de educação física fugissem do tradicionalismo, propunha danças e jogos para as crianças. Não demorou para que a sua presença e as didáticas das aulas gerassem descontentamento no pai de dois dos alunos.

— Um pai falou assim à diretora: ‘eu não quero que esse moço trabalhe com o meu filho mais, porque ele é gay, não sei o quê’.

A conversa entre a equipe da direção escolar e o pai dos meninos só chegou em um final quando ao propor reiteradamente que a escola excluísse o educador físico do quadro de professores da instituição, sob a ameaça de retirar os filhos da escola, quando a representante da escola afirmou categoricamente que não havia motivos para a expulsão do professor, já que este era, inclusive, querido pelos alunos e muito bem preparado para a função que ocupava. A gestora cumpriu suas palavras. O pai também. Os meninos foram retirados da escola, em nome do receio de que pudessem ser influenciados a serem homossexuais.

No final do primeiro semestre letivo de 2025, umas das escolas em que atualmente trabalha em São Joaquim organizou uma palestra, também liderada e apresentada por Rubinho, onde o tema abordado foram os direitos e outras temáticas relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+, em menção ao mês do orgulho comemorado anualmente em junho. O professor conta que a participação dos jovens foi muito significativa. Temas como direito a nome social na chamada escolar e a participação de pessoas transexuais em esportes foram levantados pelos alunos.

— Explicar a sigla e o que cada letra significava. Como que foi para gente também

a aceitação, por exemplo, se eles presenciassem um caso de homofobia o que eles deveriam fazer, aí vou explicando. Todo mundo perguntou, eles amaram.

Se de um lado a luta pela inclusão acontece, movimentos contrários também ocorrem quase que simultaneamente. Rubinho relembra com plenas especificidades o caso de uma aluna transexual que estava sendo diariamente impedida de utilizar o banheiro feminino em uma das instituições em que trabalha. Segundo ele, um inspetor de alunos da escola estaria, por motivações ideológicas e políticas, atentando contra um direito da jovem.

A aluna, que já havia até retificado seu nome perante os órgãos governamentais, estaria sendo alvo de transfobia dentro do ambiente escolar, com o agravante de os ataques eram proferidos por um funcionário público. As memórias do professor o fazem revisitar uma conversa direta e certa que teve com o inspetor nos corredores da escola, após presenciar atitudes discriminatórias. Além de impedir o acesso ao banheiro, conforme a identidade de gênero da estudante, o funcionário ainda a chamava pelo antigo nome e a classificava como sendo do gênero masculino.

Faltava visão para enxergar a pessoa que estava na sua frente ou intelecto para compreender o mínimo. O esforço, neste caso, era para sustentar uma visão excludente e atuar contra os direitos básicos de outra pessoa. Diante da recusa de um acordo pacífico que beneficiasse a vítima, Rubens levou o caso para a reunião escolar Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), a famosa reunião dos professores.

Para ele, era impossível compreender a dificuldade que aquele funcionário em questão e outros professores possuíam em apenas respeitar a forma de existência da aluna. Na visão do professor, existem outras situações que são muito mais preocupantes do que o gênero e nome da menina, como professores que assediaram professoras nas dependências da unidade escolar.

— Se for denunciar tudo que acontece na escola, esse tanto de professor que assedia professora nova quando a professora chega. Isso ninguém comenta, isso ninguém pode saber? Tem lei viu, aí quando eu cito a Lei 10.948 de 2001, aí a pessoa fala assim, que não sabe? Baixa lá, Lei 10.948 de novembro de 2001, vê aí o que ela estabelece.

A legislação usada por Rubinho para contra argumentar, em situações de violações dos direitos desses alunos ou de qualquer pessoa da comunidade LGBTQIAPN+, trata de uma lei estadual de São Paulo, sancionada em novembro de 2001, pelo então governador do Estado, Geraldo Alckmin. A lei de autoria do ex-deputado Renato Simões do Partido dos Trabalhadores (PT), que à época estava em seu terceiro mandato consecutivo e chegou a ser considerado o melhor deputado do Estado daquele ano pela Rádio Jovem Pan, dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão da identidade de gênero ou orientação sexual, além de estabelecer o que se considera atos atentatórios e discriminatórios dos direitos individuais e coletivos de membros da comunidade.

Na continuidade dos relatos, Rubinho ainda ressalta que o desconhecimento des-

sa lei, por parte dos professores não é uma realidade apenas deles. As próprias vítimas de discriminação, muitas vezes, não possuem conhecimento sobre e são, segundo o professor, revitimizados. Segundo ele, as autoridades nestes casos, classificam, muitas vezes, o crime apenas como “injúria, violência ou calúnia”, o que dificulta as investigações e impactam também na ausência de dados concretos sobre a violência anti-LGBTQIAPN+ no país.

Na escola, a luta para que a revitimização não aconteça por parte daqueles que devem, além de ensinar, proteger naquele ambiente, enfrenta diferentes desafios. Pelo menos na teoria, os alunos que outrora não sabiam a quem recorrer, agora tem em profissionais como Rubinho, uma referência para denunciar as possíveis discriminações. Como bom defensor da escola pública, o professor não recua em colocar o dedo nas feridas abertas da sociedade, mas também não poupa as vítimas. Todo tipo de violência é proibida e inaceitável nas escolas, independente das motivações.

— Se algo te incomoda, se é bullying, se é preconceito, se é discriminação, tudo é proibido. Só que você tem que falar com as pessoas certas. não adianta você ir lá para a sala de aula e deixar quieto. Não resolveu com a professora? Vai à coordenadora. Não resolveu com a coordenadora? Vai à diretora.

Além das possibilidades de denúncia, o professor evidencia que há campanhas de conscientização e combate a todos os tipos de violência discriminatória. Em 2024, o professor conta que em uma das escolas houve um caso em que a efetividade dessas campanhas se apresentou. Um aluno da escola, que apesar de ser um menino cis-gênero e de se identificar como hétero sexual, possuía alguns gostos e comportamentos que o diferenciava dos demais. Quase que um roqueiro raiz, que ousa nas roupas mais alternativas, explora diferentes cores no cabelo e sempre opta por ficar mais sozinho na escola, virando alvo de ataques discriminatórios na saída do horário escolar.

— Ele estava indo embora, os meninos seguiram ele e começaram a chamar de ‘gayzinho’, ‘viadinho’ e ‘bixinha’. Ele estava sozinho e tinha uns oito meninos mexendo com ele. Aí dois desses meninos, um foi e deu um tapa na cabeça dele e o outro foi lá e derrubou a bicicleta. No outro dia, ele chegou na escola e reclamou. Ele denunciou em uma sala onde os meninos odeiam esse tipo de preconceito.

A denúncia aos colegas de sala desencadeou uma articulação por parte dos alunos contra os supostos agressores. No recreio, Rubinho arrisca dizer que a escola inteira se mobilizou em defesa do jovem. Com gritos de ordem contra os agressores, pediam a expulsão dos envolvidos, o fim da homofobia e confrontavam os agressores desafiando-os para que mexessem com a vítima na frente de todos.

— Nós tivemos que escoltar os dois meninos e eles levaram uma suspensão de dez dias para acabar com esse clima na escola, senão eles iriam apanhar. Nem eu esperava essa reação dos meninos.

O motim dos alunos da escola demonstra, na prática, a efetividade do diálogo e da conscientização social contra as discriminações, independentemente de quais sejam.

O caso que motivou a revolta, denuncia uma outra realidade: a LGBTQIAPN+fobia não afeta apenas quem integra essa comunidade, mas qualquer indivíduo que destoe na cisheteronormatividade, mesmo que por apenas um momento.

O ódio ao diferente não solicita identidade de gênero ou orientação sexual, ele categoriza as pessoas de acordo seus estereótipos. Pouco importa para o agressor o que a vítima de fato é. O preconceito já a condenou socialmente e isso, para muitos, torna-se motivo suficiente para externalizar o que possui de pior: o ódio. No contexto escolar, para uma ‘brincadeira’ escalar, basta que ela seja confrontada. A discriminação motivada por questões de gênero ou sexualidade, parece se aflorar pelo inconsciente de alguém que nutre emoções segregatórias, que abomina o diferente e adora a singularidade. No tribunal social, o preconceito vitimiza por suspeita.

Identidade inegociável: os desafios da existência trans

Não fossem as expectativas e anseios sociais sobre sua individualidade, seria dona apenas de uma vida regada a momentos alegres aos lados dos amigos, compra de roupas, produtos de beleza, premiações em concursos de beleza e vivências com os familiares. A Maranhão, em São Joaquim da Barra, a cerca de pouco mais de 4 horas de viagem de carro da capital paulista, distante um pouco mais de 380 quilômetros da metrópole, teria tudo para ser apenas mais uma rua do pequeno município com quase 50 mil habitantes. Ela guarda especificidades, no número 681. É a casa de Maria Fernanda dos Reis Izidoro, morada viva para outras particularidades.

Ninguém sabe dizer quando suas personalidades fluíram, nem ela mesma. Apesar disso, um fato se torna incontestável: Maria sempre deteve controle sobre os caminhos que queria seguir e permanece construindo seu legado dia após dia, como se tivesse uma grande missão sob a qual foi designada a cumprir enquanto vive. Pisciana, mulher interiorana, formada em moda, aluna do curso de graduação em fisioterapia, vendedora, modelo, criadora de conteúdo digital, ativista e outras coisas que caberiam rotular. Ela dispensa modéstia, histórias são feitas para ser vividas, experimentadas e pouco contadas. Não é do tipo que chora o leite derramado.

Era um sábado, tínhamos combinado uma entrevista no período da tarde. Às 14 horas e 08 minutos, estaciono em frente sua casa e encaminho uma mensagem:

— Cheguei.

— Ok, tô saindo, — responde.

Ela surge no portão. De gestos educados, pede desculpas pelos segundos que demorou para sair, cumprimenta-me com um abraço simpático e convida para entrar. Antes que eu falasse, estende os pedidos de desculpas, justificando que estaria comendo, já que acabara de chegar do trabalho e não tinha almoçado. Veste um vestido aparentemente de tecido leve e mantém o cabelo solto, mas logo o prende em formato de rabo de cavalo. O quintal grande da casa, o cachorro peludinho correndo ao fundo e uma varanda a um nível um pouco elevado do que estávamos leva para uma atmosfera de uma casa familiar, casa de vó, aconchegante. Subimos o degrau, ela convida para entrarmos na sala de entrada da casa. Sentamos, ela cruza as pernas no sofá, postura ereta e agradece pelo encontro.

Parece que nasceu para narrar histórias, mas poucas vezes teve a oportunidade de compartilhar a sua. No esconderijo pessoal de Maria, a família é sinônimo de lar e sempre ocupou o lugar especial na sua trajetória. Detentores de uma união estável e amorosa, a jovem se orgulha dos laços sanguíneos. O comportamento, por mais que autêntico, demonstra traços de humildade. O olhar parece guardar emoções pouco exploradas. Histórias não contadas, dias que passaram, personagens que já se foram. São muitas pessoas em uma só.

— Na época da escola, eu não me recordo de muita coisa para te falar a verdade. Na verdade, sempre fui uma pessoa que não deu muita bola para essa questão de preconceito e tudo. Lógico, hoje eu estou com 35 anos, né? Naquela época não se falava

de bullying. Não existia essa palavra. As pessoas mexiam, a gente sabia das pessoas que xingavam as outras por essas questões [gênero e sexualidade], principalmente as afeminadas que tinham na escola e tudo. Então, passavam por isso, afirma, já apresentando uma dificuldade em nomear e revisitar alguns acontecimentos.

Talvez ela nem tenha tanta certeza assim, mas estava certa. De fato, a utilização do termo bullying para nomear práticas de violência é algo recente, especialmente no Brasil. A palavra tem origem etimológica derivada do termo inglês *bully*, que tem um sentido como substantivo que traduzido para o português seria algo como agressor ou tirano. Bullying como derivado deste, passa a ser compreendido como um comportamento agressivo. A utilização do nome só passou a acontecer no país em meados da década de 1990, sendo objeto de estudos científicos a partir de 2005. Em 2015, com o sancionamento da Lei 13.185, criou-se oficialmente o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, tornando a luta a este tipo de violência uma política pública.

Para se identificar casos de bullying, torna-se preciso a observação das práticas, dos motivos e da constância. No imaginário popular, com o fundamento do debate sobre a necessidade de se combater essa violência sistêmica, ficou natural que casos isolados sejam minimizados e midiaticizados a fim de se descredibilizar pautas maiores. Nas argumentações, afirmações como “isso é tudo frescura”, “na minha época não existia bullying”, “é tudo mimimi”, passaram a ser utilizadas para dificultar o avanço de políticas públicas que esbarram em pautas ideológicas. No entanto, no caso do bullying, a violência se apresenta de maneira integralmente estruturada, organizada e sustentada pelo desequilíbrio de poder. De um lado, há um grupo favorecido que naquele contexto ou socialmente, ocupa uma posição de maior poder do que outro mais fragilizado, que por consequência, passa a ser revitimizado.

Por mais que não tivesse consciência à época, Maria Fernanda fazia parte deste grupo minorizado. Ela estava dentro daquele grupo que ela mesmo citou como sendo alvo dos ataques iminentes: as afeminadas. As opções pessoais para os desenhos que ilustravam o seu material escolar comprovam isso, em um momento em que os meninos geralmente escolhiam Power Rangers, Dragon Ball Z e Pokémon, preferia ter a garrafa do Piu Piu e a mochila de rodinha dos Teletubbies. Nas brincadeiras, dispensava a pipa e o futebol, gostava mesmo era de bonecas e pular elástico. Aliás, era a melhor no elástico. Essa brincadeira, conhecida por diferentes nomes no Brasil, consiste em um jogo em que os participantes saltam sobre um elástico esticado entre duas pessoas ou objetos. Exigindo concentração, coordenação motora e agilidade, sendo comumente associada às meninas.

Pode estar confuso, mas acontece que durante a infância, Maria Fernanda ainda era, socialmente, um menino. Ela nasceu biologicamente designada como do sexo masculino, mas se descobriu como uma mulher transexual com o passar dos anos. No seu próprio tempo, de sua própria maneira. Se enxergou, descobriu, estudou, autoexplorou-se, aceitou-se, redescobriu e se ressignificou. Um processo profundamente

te pessoal, mas que a expôs socialmente. Como o processo do desabrochar de uma rosa no jardim cheio de admiradores e críticos ou do processo biológico por trás da alucinante e encantadora metamorfose.

Com os insetos, o processo de crescimento e atingimento da vida adulta é extremamente complexo e cheio de etapas, eles não apresentam um crescimento contínuo. Enfrentam constantes alterações físicas, inicialmente possuem um exoesqueleto, mas depois o têm substituído. Viram larvas normalmente entre as mudas, depois são encapsulados numa pupa. Neste estágio, passa por um adormecimento, quando ocorre a degradação de estruturas larvais e o desenvolvimento acelerado de estruturas características de um indivíduo adulto sexualmente maduro. Ao fim, o inseto adulto emerge do casulo, finalizando enfim o processo da metamorfose.

Na literatura, o processo explicado pela biologia tem sido frequentemente reinterpretado. Na música popular brasileira, Raul Seixas deixou claro que preferia ser uma metamorfose ambulante, desejando uma liberdade para ser quem quiser no tempo que quiser, livre das amarras da amargura do idealismo e de rótulos que limitam o ser humano. Em sua vida pessoal, Maria talvez se desprende, por diversas vezes, deste dever social de se enquadrar em alguma definição estereotipada. Prefere levar a vida ignorando alguns acontecimentos e gastando suas energias apenas com aquilo que vai lhe fazer bem. Com seus 35 anos, rompe mais uma barreira, a da expectativa de vida no Brasil.

Para o grupo social a qual pertence, de mulheres travestis e transexuais, a expectativa de vida no Brasil é de justamente 35 anos, segundo dados do dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), divulgado em janeiro de 2025. O mesmo levantamento mostrou que o país ficou pelo 16º ano consecutivo, no primeiro lugar da lista de países que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. Ao chegar aos 35, não se torna exceção, torna-se resistência de um grupo historicamente marginalizado. Antes de aprofundarmos este aspecto, melhor começar do início.

Mesmo com traços de feminilidades inegáveis, durante toda a infância, inicialmente se reconhecia como um menino gay. A família, mesmo não sendo tão liberal quanto a essa realidade, parecia não confrontar o incontestável. Parte desta postura mais respeitosa, especialmente vinda dos pais, ocorreu, segundo Maria, pelo fato de ter um tio da família materna assumidamente homossexual. Lembra que com 7 e 8 anos brincava com as bonecas das primas e adorava costurar com a avó.

— Enquanto minha avó estava costurando fazendo tapete, eu sentava do lado dela e ia fazer roupinha para as bonecas. Pegava e costurava na boneca, na Barbie.

Na lista de acontecimentos memoráveis, lembra que nunca se interessou pelas meninas romanticamente. Ainda no ensino infantil, só tinha olhos para os coleguinhas de classe. Lembra que gostava dos toques físicos e de brincadeiras que eram fantasiadas na sua cabeça. Lembra que em um ano, sem conseguir afirmar precisamente se na pré-escola ou no ensino fundamental I, chorou por não ter sido escolhida

para ser noivinha da sala na festa junina da escola e contestou a professora do porque de não poder ser a noiva.

— Ela falou: porque você é um menino e para ser noiva, precisa ser menina. Aí, ficou aquilo.

Aluna de escola particular durante todo o ensino fundamental I e posteriormente aluna do ensino público, aponta outra observação sobre o cenário de inclusão social e diversidade nas organizações escolares. Na experiência particular, diz ter encontrado maiores barreiras na escola pública e quase nada no ensino privado. Questionada sobre possíveis motivações para essa diferenciação, ela credita à proximidade dela com os colegas da turma pequena do colégio de ensino privado.

— Era uma turma mais restrita. Então era pequeno, todo mundo se respeitava. Eu tinha amizade com todo mundo. A gente já tinha crescido junto desde pequeninhos.

Se autoquestiona quando relembra episódios de brincadeiras de caráter no mínimo invasivo. No cenário do colégio particular, relata que era alvo de outros tipos de discriminações, que não se relacionavam, pelo menos não abertamente, às questões de sexualidade e gênero, mas sim aos seus cabelos. Era dona de um cabelo crespo e grande, que sofria com o excesso de frizz e ausência de definição, o que a tornava alvo de ataques. Os colegas de turma faziam questão de segurá-la para esfregar a sua cabeça até bagunçar todo o seu cabelo.

— O Thiago, na época, era roqueiro. Ele perdia tempo de estragar uma borracha inteira e ficava jogando. Como meu cabelo era armado, eu não sentia. Eu sentia quando eu chegava em casa e ia tomar banho. Aí caía os pedaços, chamavam-me de cotonete. Tinham essas brincadeiras, mas tinha o carinho e o amor depois, — garante.

Com 11 anos, ao mudar para uma escola estadual da cidade, relata ter visto sua realidade mudar. De membro de uma comunidade, passou a ser enxergada como um intruso naquele meio. Não faltava criatividade na hora de se referir ao novo aluno. “Menininha” e “mariquinha” eram os termos preferidos dos agressores. Na sétima série, já com doze anos, relembra de um desses meninos que eram um dos mais insistentes nos apelidos pejorativos.

— Ele sentava na minha frente. Mexia muito comigo. De mexer mesmo. De falar menininha, mariquinha, viadinho. Essas questões, provocando.

Era uma quinta ou sexta-feira, aula de matemática com a professora Leidamar. Não era um dia qualquer, diferentemente dos outros dias, Maria estava estressada naquele dia. O menino virou para trás e mexeu com ela que rapidamente reagiu confrontando o colega. O menino insistiu e repetiu o ataque. Armada com o estojo de três repartições carregado com lápis de cores, Maria não pensou muito e o agrediu com o estojo, desferindo incontáveis golpes de “estojada” até que a professora interferisse na situação. Levou Maria para a diretoria, que recebeu advertência e foi suspensa das atividades escolares por um dia.

O autor inicial dos ataques, como nas outras inúmeras vezes, saiu inocentado do caso. Aliás, sequer foi ouvido pelos profissionais da escola, mas, pelo menos, não voltou a dirigir a palavra contra Maria. Fez justiça com as próprias mãos, neste caso, deu certo! Até os dias atuais, diz reencontrar com o ex-agressor pelas ruas da cidade, ao vê-la, o ex-colega de escola vira o rosto e nunca mais se arriscou em falar com ela.

— Eu acho que ele ainda lembra.

Maria permaneceu nessa escola até o fim da oitava série, período em que retornou para o antigo colégio de ensino privado onde estudava antes. Agora, no ensino médio, de volta à turma que conviveu durante toda a infância, retorna mais madura de suas especificidades. Descobriu-se enquanto um jovem homossexual. Aos 13 anos, conta sua primeira experiência afetiva com um menino de 14 anos, mas ainda assim não se entendia por inteira. No ensino médio, já conseguia se impor mais. Era querida por colegas, liderava a turma nas gincanas escolares e recebeu até homenagem da sala.

Quando questionada sobre a possibilidade de ter relativizado o tratamento que recebia das pessoas por quem nutria sentimentos, admite a existência de muitos comportamentos questionáveis. Contudo, na época, não soube nomear ou identificar quais dessas condutas ultrapassavam os limites da amizade e a colocava em uma posição de vulnerabilidade e violência. Por conta de inseguranças relativas à sua sexualidade, identidade de gênero ou características físicas, Maria se sentia em uma posição de menor poder em relação aos outros, o que contribuía para essa relativização.

— Eu já estava acostumada, já sabia que não passava daquilo.

Neste cenário, torna-se natural que pessoas violentadas por comunidades inteiras, minimizem a gravidade do sofrimento em nome de uma socialização e maior aceitabilidade dos demais. Sem receber informação e auxílio, em diferentes processos pessoais, Maria Fernanda carregava dentro de si o peso de se diferenciar da norma. Não se enquadrava nas definições do gênero feminino, mas também não se identificava com o masculino.

No desenvolvimento de seus relatos, torna-se possível reconhecer, sem muito esforço, situações que notavelmente expunham Maria a contextos de discriminação social. Por vezes ridicularizada por suas características pessoais, passou a ser chamada de “micalatéia”, a partir de uma aula de História/Ensino Religioso que teve na escola. Sobre o contexto, ela assume não se recordar bem. O termo faz menção, especialmente, a personagem da peça de comédia “Hermanoteu na Terra de Godah”, do grupo Os Melhores do Mundo, lançada originalmente em 1997. Na peça, Micalatéia é irmã de Hermanoteu e filha de Oloneia. Apresentada como a conselheira do irmão e definida em outras peças teatrais como “a alegria dos hebreus” e “a flor de couro que brota dos meios teus”, possuindo comportamentos considerados fora do padrão esperado para mulheres, sendo assumidamente sensual e conquistadora dos homens. Na realidade de Maria, “Micalatéia” era a personificação de uma mulher digna de vergonha, alvo de chacota e piadas.

Não era apenas isso, ainda no ensino médio, enfrentava outros problemas, alguns diretamente com as diretrizes da escola. A educação física, nessa época, era lecionada em período diferente da aula. No caso de Maria Fernanda, as aulas esportivas aconteciam no período da tarde, já que estudava regularmente no período da manhã. Além disso, os dias das aulas eram divididos por gênero, já que as atividades desenvolvidas eram diferentes entre os meninos e as meninas. Sem poder escolher se queria ou não realizar as aulas e sendo involuntariamente forçada a fazer as aulas com os meninos, aliada à mãe, deu um jeito para driblar a direção do colégio.

— Tinha na esquina de casa uma moça que tinha uma lojinha. Naquela época, se você trabalhasse, não precisava fazer educação física, você tinha dispensa. Aí a gente pegou, fez uma declaração, a moça da lojinha assinou falando que eu trabalhava na loja das 13h às 17h. Então não precisava fazer educação física, fui dispensada, para não ter que jogar futebol. Foi por conta do preconceito mesmo. Como eu não gostava, era algo que iria me incomodar e eles iriam me zoar, — relembra, contradizendo a informação de aquele ambiente acolhia.

— Eu acho que eu devo realmente, eu devo ter naturalizado tanto aquilo.

Foi só depois de se formar, longe do âmbito escolar e entrando no ensino superior, que a jovem de 18 anos se deparou com uma palavra que até então desconhecia: a transexualidade. Neste contexto, assume que se ouvia falar no termo travesti, mas que essa era uma realidade estereotipada e muito marginalizada socialmente, o que dificultava o processo de reconhecimento nessas pessoas.

— Só que na nossa cabeça era o quê? Travestis eram essas meninas que faziam programa, que ficavam na rua. Marginalizadas. A gente não tinha a visão de uma travesti que estudava, era empresária.

Quando descobriu a transexualidade, abriu-se no seu interior, uma lacuna de dúvidas pessoais ainda maiores. Já não se sentia apenas um jovem gay, não aceitava sua genitália e por mais que se relacionasse com homens, recusava-se a exercer o papel de ativo durante as práticas sexuais. Em meio aos acontecimentos, iniciou-se o acompanhamento com uma profissional de saúde mental, onde tentou encontrar respostas e possibilidades de mudanças para suas inquietudes.

Planejava como e quando tomaria a decisão de se apresentar para a família como uma garota transexual. Por mais que a família já estivesse acostumada com a homossexualidade, a identidade de gênero ainda assim seria uma descoberta. Confessa que, na prática, esse dia nunca chegou. O processo de descoberta se tornou um processo natural, sob o qual ela e seus familiares foram inseridos involuntariamente. Com medo de uma possível reação violenta do pai, arquitetava a vida caso precisasse, de um dia para o outro, sair do berço familiar. Felizmente, isso não foi necessário e os projetos foram guardados em alguma gaveta da vida.

Ao contrário do que previa, para além de respeitar sua individualidade, depois do processo de transição, descobriu que os pais já haviam conversado entre si, enquanto

Maria era ainda criança, de que havia a possibilidade quase que iminente dela ser uma pessoa transexual. Os avós e demais familiares, mesmo com idades significativamente avançadas, também contrariaram as expectativas e acolheram a neta.

Respeitando seu tempo emocional e físico, conta que processo de transição de gênero demorou cerca de dois anos. Para ser mais precisa, diz ter sido entre os 19 e 20 anos que iniciou efetivamente a mudança pública de vida. Neste período, na busca pelo feminino dentro de si, iniciou carreira paralela no mundo das passarelas. Em 2021 venceu o concurso de Miss Gay Goiás, depois disso, dedicou-se à transição. Começou mudando o guarda-roupa, investiu na compra de roupas que ela se identificava mais, passou a investir no cabelo e nas unhas, depois deu início no tratamento hormonal – desde 2013, a partir do decreto da portaria nº 2.803/2013, do Ministério da Saúde, tornou-se possível que pessoas transexuais realizem o processo de tratamento hormonal por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Posteriormente, decidiu que era hora de investir nas próteses mamárias de silicone e só assim, em 2012, deu início ao processo legal para retificação de nome. Desde 2022, qualquer pessoa maior de 18 anos, por meio da Lei nº 14.382/2022, pode alterar, sem necessidade de apresentar justificativas, o seu nome pessoal em qualquer cartório de registro civil do país. A lei que desburocratiza o processo chegou tarde demais para Maria Fernanda.

No processo pessoal, não houve saída, precisou entrar com uma ação judicial para conseguir a efetividade de seu direito. Contratou advogada e vivenciou um longo processo burocrático que durou cerca de um ano para ser finalizado. O processo cansativo demandou paciência, inúmeros papéis que eram solicitados, mensalmente, chegou a receber visita de uma oficial de justiça que foi na casa para conferir a veracidade da identidade de gênero.

— Ela foi à minha casa. Entrevistou meu irmão, minha mãe. Entrou no meu quarto. Ela queria saber se no meu guarda-roupa tinha gaveta, se usava calcinha e não cueca. Para saber se eu era uma menina mesmo. Aí depois disso, eles deram o aval para trocar os documentos — conta.

Após decisão da Justiça, a notícia rapidamente correu na cidade. Maria Fernanda acredita ter sido a primeira do município a alcançar tal feito e desencadeou o interesse coletivo sobre a pauta. As amigas, que também eram transexuais, sentiram-se entusiasmadas com a possibilidade de se alterar o nome, sem a necessidade de passar por uma cirurgia de redesignação sexual antes. Depois que os documentos foram oficialmente alterados, foi como se a pessoa que ocupou o corpo de Maria por uma fase de sua vida, deixasse de existir. Na prática, isso também aconteceu, diferentemente do nome social, a retificação de nome altera todo o antigo registro das bases de dados governamentais, deixa-se de existir qualquer resquício de informação sobre o passado daquela pessoa.

— Morreu. Não existe mais o nome masculino. Ela é cancelada, jogada fora. Lite-

ralmente. Queimada. Portanto, na minha certidão de nascimento, hoje consta que no dia 15 de março de 1990, nasceu Maria Fernanda dos Reis Izidoro, do sexo feminino.

Depois de descobrir a transexualidade, enquanto estava na faculdade, apesar de ter a vida sexual ativa desde os 14 anos, guardava consigo o descontentamento com o próprio corpo, afirma que não explorava seus prazeres pessoais e não se sentia bem com as características do organismo masculino. Com essa idade, descobriu durante uma sessão de terapia, que nunca havia alcançado o orgasmo, isso porque, não deixava com que os meninos com quem se relacionava tocassem em seu órgão genital e ela própria não sabia dessa possibilidade.

— Na minha cabeça, como eu queria ser menina e eu não gostava do órgão que eu tinha, eu não podia utilizar. Não fazia sentido.

Em meio aos desafios do processo que vivenciava, organizava-se para evitar situações de constrangimento. Se esforçava para fazer amizade e se articulava para poder utilizar o banheiro da universidade. A estratégia era evitar ao máximo utilizá-lo em intervalos da aula, indo apenas durante as aulas, mas ainda assim contava com a ajuda de outras amigas, as profissionais da limpeza da instituição. Conscientes do processo de transição da jovem, para que ela pudesse usar o banheiro feminino sem problemas, adotavam algumas medidas de prevenção.

— Elas punham a placa de banheiro interditado no banheiro feminino. Então, eu usava o banheiro, enquanto elas estavam limpando lá dentro, fingindo, com a placa do banheiro interditado. Eu fazia o que tinha que fazer e depois que saía, elas tiravam a placa. Elas fizeram isso, várias vezes, até eu literalmente transicionar.

Consciente de que sua situação infelizmente não condiz com a realidade das milhões de pessoas transexuais do país, Maria conhece de perto a forma com que a ausência de acesso a conhecimento sobre seus direitos e oportunidades afeta a vida de pessoas transgêneras nas diferentes regiões do país. Com trabalho voluntário em uma ONG da cidade e até na atuação independente na defesa de direitos da comunidade LGBTQIAPN+, conta ter presenciado inúmeros ataques a direitos básicos, inclusive dentro de instituições de ensino.

— Eu recebi muitas reclamações de uma escola de Morro Agudo, onde uma aluna trans sofria transfobia dentro da escola, até por parte da direção da escola. Tivemos que levar isso para o estadual, para o Estado entrar, agir, para a menina conseguir, pelo menos, estudar.

A militância a colocou de frente com a recusa de profissionais de educação de tratar sobre discriminação de gênero e sexualidade na escola, por mais que diferentes diretrizes de ensino nacionais e estaduais orientem as escolas a adotarem iniciativas que objetivem tornar o ambiente escolar mais acolhedor e seguro para todos, levando em consideração a diversidade social e sexual dos alunos. O que Maria Fernanda enxerga como um avanço significativo, mas ainda pouco eficiente.

— Hoje é algo muito relacionado a um setor de educação, algo relacionado a leis

que vêm do governo estadual, federal, mas não por vontade própria delas quererem fazer. Eu já fui chamada pelo setor de educação e pela secretaria regional de educação, para conversar com eles [professores] para falar sobre essa questão de transexualidade, porque tinha muitos que, mesmo sabendo que era lei e obrigatório, ainda pisavam e falavam que não fariam. Que para eles, homem era homem e mulher era mulher, — relata.

Formada em moda, descobriu na graduação a vocação para lidar com eventos, quando decidiu empreender e se tornar produtora de eventos. Consolidada no mercado, tornou-se referência no município e possuía uma extensa lista de clientes. Mesmo com a posição de sucesso que ocupava, não conseguia se livrar das ofensivas sociais motivadas pela transfobia.

Nas noites da pequena cidade, para encontrar os amigos e comparecer aos poucos eventos que se organizam, frequenta bares e cachaçarias. Nestes ambientes, relata ter sido poupada, muitas vezes, do preconceito pelo fato de ser conhecida dos proprietários. Relata episódios que escancaram a discriminação, que está constantemente exposta na sociedade.

— Eu nunca usei o banheiro feminino na cachaçaria, mas quando eu ia no banheiro masculino, o banheiro era fechado. O dono do bar se preocupava com isso também. Como também o pai de uma amiga minha. Várias vezes já aconteceu de eu ir no banheiro e eu não poder usar o feminino porque era um bar, para não ter problema, brigas e tudo mais. O pai dessa minha amiga ficava na porta do banheiro masculino, não deixava ninguém entrar, enquanto eu estava lá.

No mundo das passarelas, o preconceito também ocupa seu espaço. Destemida, Maria desafia a norma e os padrões ao ousar se dedicar, especialmente, para os concursos de beleza das festas de peão, exposições agropecuárias e rodeios da região. Coroada garota country do rodeio de São José do Rio Pardo (SP) e rainha do rodeio de Mococa (SP), vivenciou o peso de ser uma transexual, ocupando um lugar na corte real de eventos ligados a uma cultura sertaneja e interiorana, que tende em sua grande maioria, ser dominada por estereótipos sexistas e machistas. Nada parece intimidar sua vontade de brilhar nos palcos e arenas da vida.

O mercado de trabalho também não a poupa dos desprazeres de ter um corpo que rompe com a binaridade. A sua existência parece incomodar naturalmente outros grupos sociais, talvez por isso, tenha enfrentado tanta dificuldade para encontrar um lugar no mercado. Desde a pandemia de covid-19, quando encerrou as atividades autônomas, iniciou uma jornada ferrenha em busca de uma oportunidade e por mais que encontrasse inúmeros anúncios, nenhum parecia contemplar a jovem.

Conta que em 2022, chegou a entregar mais de 200 currículos em diferentes estabelecimentos comerciais e empresas da cidade, mas não chegou a ser chamada para nenhuma entrevista. Em janeiro de 2025, a grata surpresa do destino reservou quatro entrevistas, das quais foi chamada em duas, em uma loja de roupa e outra em loja de

cosméticos. Surpreendendo as expectativas de todos, optou pelos cosméticos.

Ainda assim, acredita que a sua identidade de gênero, neste caso, só não se tornou um empecilho, porque a proprietária do comércio possui um filho homossexual e já possui uma vivência com pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. No trabalho, pelo fato do contato direto com os clientes e a cidade ser pequena, tipicamente como em qualquer cidadezinha do país, uma grande parte da população se conhece ou, pelo menos, possui algum conhecido em comum. Maria precisa conviver com constantemente questionamentos como “você é trans, né?” O que, em sua concepção, escancara uma necessidade social de validar seu pertencimento e existência na sociedade. Violência velada.

Para esses tipos de comentários, dos olhares e acontecimentos discriminatórios nos eventos de moda, na falta de oportunidade no mercado de trabalho ou os inúmeros acontecimentos na faculdade e durante toda a sua formação escolar, Maria Fernanda preferiu agir com classe contra quem tentasse oprimir. A Miss Earth Internacional Trans 2023 entendeu que a coroa conquistada na Colômbia tornou-se um lembrete de que qualquer sonho pode se tornar realidade, que a cabeça baixa fará sua coroa cair e que a violência nunca será a solução para o ódio.

Mais uma vez, reconhece que sua situação não reflete a realidade da significativa maioria da comunidade LGBTQIAPN+ do país, visto que, a partir de uma análise interseccional, precisa-se considerar as diferentes identidades sociais, os sistemas de opressões, além de questões como raça, classe e espaço. Em sua vida pessoal, a ausência de referências dificultou, notavelmente, o processo de descoberta, aceitação e transição. O fato de ter apenas contato com visões estereotipadas de pessoas travestis, as vendo como pessoas marginalizadas e criminalizadas perante a sociedade, a fez, por muito tempo, negar a própria identidade, refletindo em si, a aversão social sob a qual esses corpos estão expostos há dezenas de anos em nossa sociedade.

A ausência de referências de existências possíveis para Maria, reflete para além de uma realidade pessoal, uma realidade social. A participação de mulheres na história do Brasil e do mundo, frequentemente, acaba sendo apagada pela construção histórica, a partir de um olhar do homem cisgênero, que culturalmente ocupa postos de poder na estrutura social. Apesar das tentativas de anular a participação dos corpos femininos e, especialmente, de corpos transexuais, o passado não se altera. Essas pessoas existiram, resistiram, lutaram e conquistaram sobre muita força, seus lugares. Nos livros de história, elas quase não aparecem, revitimizadas pelo Sistema que insiste em querer apagar essas existências e preservar a história a partir de uma visão binária e cis-hétero identitária.

O termo traviarçado, firmado pela transpóloga – antropóloga que se dedica ao estudo da existência trans/travesti – brasileira, Renata Carvalho, propõe uma reflexão sobre a necessidade de se romper com os padrões sociais nos moldes atuais. A ideia de se construir novas possibilidades de futuros para esses corpos e reverenciar as

lutas das chamadas ancestrais e traviarcas – travestis expoentes da luta por direitos da comunidade.

Para além de uma ideia, o termo sugere um movimento já existente dentro da comunidade transexual do país, que resiste à naturalização da realidade violenta sob a qual elas estão subordinadas, mas também reivindicam a reescritura da história a partir de outros pontos de vista. Mais do que isso, assumem o protagonismo desta reformulação histórica, pavimentando também o caminho para que gerações futuras possam habitar espaços pouco explorados por essas pessoas.

O traviarcado, acima de tudo, reverencia suas antepassadas, que sob muita luta e sangue, pagaram em muitos casos com suas próprias vidas, o preço de preparar a sociedade para o convívio respeitoso com a diversidade de gênero. Por mais que tenham terminologias semelhantes, o movimento nada remete ao patriarcado. A ideia central aqui não passa por tornar a comunidade trans um grupo dominante e opressor – o que seria uma utopia –, mas revolucionar os padrões sociais em busca de um mundo livre das amarras do ódio, onde todas as pessoas possam existir bem, indistintamente. Uma sociedade possível para todos.

Os entraves para a conquista desse desejo da comunidade são vários, a sociedade com suas características mais modernas e contemporâneas que sejam, ainda assim se mostra relutante ao avanço de pautas como as existências transexuais. O que se busca ultrapassa a igualdade, fala-se em equidade. As mudanças progressistas, por mais que lentas e graduais, fomentam a esperança. A ocupação dessas mulheres em ambientes de prestígio social como a cultura, política, medicina, academia e em outros lugares, evidenciam esses marcos significativos.

A representatividade se apresenta como um caminho para a inclusão, como um avanço para um futuro em que não será necessário se pensar mais em debates sobre diversidade, visto que essa seria uma condição social. Pessoas LGBTQIAPN+ não seriam representadas por figuras específicas, mas seriam parte do todo, ocupando diferentes lugares ao passo que as camadas estruturais excludentes fossem desmanteladas. Seria a naturalização do respeito e da equidade.

A rebeldia aos padrões sociais e a quebra das expectativas de vida de uma travesti no Brasil fazem parte do histórico dessa comunidade. Histórias de personalidades como Xica Manicongo elucidam a atuação e a resistência destes corpos na nossa sociedade. Sequestrada na República do Congo, foi escrava em Salvador no século XVI. Batizada como Francisco, teve a existência recontada a partir de uma descoberta do antropólogo Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia, que encontrou os arquivos de uma denúncia de sodomia feita em 1591 à inquisição, nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, no Portugal.

Segundo os registros, Xica faria parte de uma espécie de “quadrilha de feiticeiros sodomitas” e que a mulher, que chegou a ser sapateira na capital baiana, agia com resistência ao ser questionada sobre as roupas que usava e que não era adepta às

vestimentas associados à masculinidade. Depois de denunciada, Manicongo foi condenada a ser queimada viva, em praça pública, e seus descendentes desonrados até a terceira geração. A fim de se livrar da condenação, passou a aderir aos vestuários e aos comportamentos masculinos, rompendo com seus traços de feminilidade.

Xica foi descrita como travesti, pela primeira vez, somente na década de 2000, por Majorie Marchi, então presidente da Associação de travestis e transexuais do Rio de Janeiro (Astra - Rio). Atualmente, tornou-se um dos maiores símbolos nacionais de resistência e luta da população trans e LGBTQIAPN+. Seu nome passou a ser tema de estudos que perpassam por temáticas como gênero, raça e escravidão no Brasil, além disso, tem sido reconhecida por movimentos sociais, historiadores e por diferentes manifestações culturais. Em fevereiro de 2025, foi homenageada no samba-enredo da escola de samba Paraíso do Tuiuti, no sambódromo da Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro (RJ). Em um trecho, o enredo entoa:

*“Não venha me julgar
Eu conheço o meu desejo
Este dedo que acusa
Não vai me fazer parar
Faz tempo que eu digo não
Ao velho discurso cristão
Sou Manicongo
Há duas cabeças em um coração”*

Manicongo seria uma daquelas chamadas de traviarcas do movimento, que fortaleceu a luta para outras que viriam posteriormente. Na atualidade, outras personalidades continuam desbravando os caminhos em busca dos do pertencimento social e de direitos básicos. Laerte Coutinho, cartunista e chargista brasileira, tornou-se símbolo da comunidade ao se assumir mulher transexual, pela primeira vez, em 2010. Roberta Close, uma das mais emblemáticas personalidades trans, foi figura influente na luta pela conquista do direito de mudança de nome e gênero legalmente no país, tornou-se centro dos debates ao posar nua para a revista PlayBoy, em 1990, um ano após realizar a cirurgia de redesignação sexual na Inglaterra.

Thammy Miranda, homem transexual, filho da cantora Gretchen, tornou-se um marco na comunidade ao compartilhar com o público todo o seu processo de transição sexual, atualmente ocupa o cargo de vereador da capital do Estado de São Paulo, estando no segundo mandato. Cantoras como Linn da Quebrada, Pepita e Bixarte utilizam suas vozes para emancipar a luta.

Ainda na política, as deputadas federais Duda Salabert e Erika Hilton são protagonistas no debate público sobre questões que abrangem diferentes pautas sociais.

Com personalidades marcantes e posicionamentos emblemáticos, ocupam espaço no Congresso Nacional, constituído na conjuntura atual, por uma de suas formações mais conservadoras e polarizadas da história recente do país, protagonizando debates acalorados com colegas de plenário. Fazem da política partidária, um mecanismo para denunciar a realidade da comunidade e cobrar soluções para casos de crimes que repercutem nacionalmente.

A violência de gênero faz vítimas em diferentes regiões do país, diariamente. Em 15 de fevereiro de 2017, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza, no Ceará, aconteceu um dos crimes que marcaria a história da comunidade LGBTQIAPN+. A travesti Dandara dos Santos foi morta aos 42 anos, com requintes de crueldade por um grupo de homens no meio da rua. Um vídeo gravado por pessoas que presenciaram o crime mostra parte da violência.

Três homens aparecem dando chutes e batendo com um chinelo na vítima. Ela fica ferida, com o corpo sangrando e não consegue reagir. Os suspeitos ordenaram que Dandara subisse em um carrinho de mão, mas machucada, ela não consegue levantar direito e cai novamente. Quando dois dos agressores reiniciam os chutes, dessa vez contra a cabeça da travesti.

Durante a gravação, que dura 1 minuto e 20 segundos, a vítima também sofre agressão verbal. Outros dois rapazes aparecem nas imagens pelas costas de Dandara e um deles a agride com um pedaço de madeira, enquanto o outro desfere chutes e também acerta a cabeça dela com um objeto não identificado. A filmagem termina com a vítima sendo colocada no carrinho de mão e levada pelos homens na rua. A polícia afirmou que depois da gravação, Dandara foi espancada pelo grupo até a morte.

Por Dandara dos Santos e outras tantas, Maria Fernanda dos Reis Izidoro e todo o movimento trans resiste e persiste na luta pelos direitos de viver e amar.

**Do segredo internalizado
à pauta: relatos pessoais
do autor**

Durante o processo de criação deste livro, revisitei por diversas vezes a minha experiência pessoal no ambiente escolar, enquanto uma criança e um jovem que já era involuntariamente inserido nos estereótipos e nas consequências de se ser LGBTQIAPN+ na sociedade. Essas emoções afloradas e revisitadas, por meio dos estudos de casos e do contato com os relatos dos personagens que bravamente aceitaram contribuir com essa obra, reforçaram a necessidade pessoal já existente e latente no meu interior, de relatar com maior precisão possível, a minha memorável formação escolar. Por isso, peço licença para agora narrar os eventos em primeira pessoa.

O exercício de revisitar esse passado para compreender minhas emoções do presente, exige muito de mim. Algumas memórias aparecem naturalmente e outras até me assombam. Quando penso na escola, eu revivo sensações sufocantes e angustiantes, este nunca foi para mim um ambiente acolhedor e familiar, o que é estranho, porque mesmo tendo sido um ambiente traumatizante, eu ainda assim o via como sendo a única possibilidade de mudar a realidade que ele próprio me colocou.

Quando ainda muito criança, por volta dos meus 6 anos, lembro de estar quase para sair da pré-escola e naquele período ter iniciado as primeiras manifestações que poderiam ser compreendidas como discriminações, as exclusões dos grupos de coleguinhas, os olhares, as agressões verbais e, às vezes, físicas, o medo, a dúvida e a confusão emocional por não entender o que havia de diferente comigo.

Nessa época, morava em uma fazenda na zona rural do município de Sales Oliveira, no interior do Estado de São Paulo, onde dividia a rotina com familiares e um primo com quem cresci e compartilhei grande parte da infância. Na rotina, estava inclusa a ida e volta à escola na cidade, íamos de ônibus ou perua. À tarde voltávamos para a fazenda e víamos a noite chegar, enquanto brincávamos no pomar de frutas na casa do meu avô, nas margens do córrego que cortava a fazenda, jogando bola, soltando pipa ou andando de bicicleta. Infância simples, regada de carinho fraternal e características típicas do interior do país.

Ainda busco respostas para o que faria uma criança da mesma faixa etária do que eu encontrar adjetivos e termos tão pejorativos e a partir de uma interpretação própria do outro, dirigir a ele essas ofensas. Nesta etapa, lembro que ‘mulherzinha’ era do que mais me chamavam, no pátio da escolinha, na quadra e em outros ambientes. Ao longo da minha formação, conforme a idade foi avançando, parecia que o grau das ofensas e a concepção dos outros sobre mim também aumentavam. A sensação é de que eu sempre estive em uma vitrine de loja, daquelas de um centro bem movimentado, mas acontece que aqui a roupa que eu vestia parece não ter caído no gosto popular e que ao passarem pela vitrine, não havia o que elogiar ou se interessar, o que restavam eram comentários negativos.

O papel de vítima nunca me soou bem, talvez tenha sido por isso que durante todo este caminho foram pouquíssimas as vezes que procurei ajuda e, conseqüentemente,

compartilhei minhas emoções. Não faltaram oportunidades, tentei acompanhamento psicológico, por várias vezes, por mais que a questão da sexualidade não aparecesse direta e abertamente para as pessoas que me cercavam, especialmente minha família. Aliás, não aparecia pelo menos da minha parte, já que até então eu nunca havia falado sobre o assunto com qualquer pessoa, nem com amigos ou primos.

Durante o fim do ensino fundamental I e início do fundamental II, a convivência piorou, o desafio nesse período era o de acordar cedo e encontrar razões para frequentar a escola. Entre problemas familiares e as relações interpessoais no ambiente escolar, o caos interior parecia se manifestar incontrolavelmente, as crises de ansiedade se agravaram e se tornaram perceptíveis, em várias situações e contextos nos meus dias, o desespero interno era tão grande que houve um período em que o meu corpo expressou fisicamente, eram constantes as crises ‘alérgicas’.

O diagnóstico, após uma série de exames, foi de “alergia emocional”, os sintomas eram vermelhidão por todo o corpo, falta de ar, urticária e coceira. Mais um motivo para o agravamento das ofensas e comentários desnecessários por parte dos colegas de turma. Professores, funcionários e a coordenação da escola foram informados do meu diagnóstico, a preocupação parecia existir, eu precisava ir embora no meio das aulas, durante muitos dias da semana, após os sintomas se agravarem.

As manhãs pareciam intermináveis, qualquer gesto e comportamento, por mais que eu tentasse ao máximo externalizar normalidade, eram milimetricamente calculados. O que eu poderia fazer para ser aceito? Como me vestir? Que estilo de bermuda? Sapato? Corte de cabelo? Que música ouvir, o que comer, como falar, com quem conversar? Tudo era pensado, mas nada parecia ser suficiente, a violência verbal e a discriminação persistiam mesmo diante de todas as tentativas.

Alguns episódios certamente marcam mais do que outros e claramente meus relatos aqui são limitados na minha capacidade de revisitar e de tentar lembrar, por mais dolorido que ainda seja, acontecimentos que comprovem a minha relação direta com a pauta abordada neste livro. Entre 2015 e 2016, estava com 12 e 13 anos, na sétima e oitava série, lembro que nessa altura as situações já pareciam estar mais claras na minha cabeça e a possibilidade iminente de eu me entender, enquanto um homem homossexual, era torturadora e desesperadora. A não aceitação pessoal fazia parte de uma construção social que me foi imposta, desde que eu criei consciência da minha existência, acredito fielmente que essa seja uma realidade enfrentada pela grande maioria das pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+.

A criatividade que nesta fase da vida parece estar aflorada, naquela realidade parecia ser usada pelos colegas de escola para inventar e inovar adjetivos e apelidos com conotação pejorativa para se referir a mim. Como se eu estivesse falando de algo que aconteceu ontem, consigo lembrar com precisão as emoções e as cenas da minha rotina no ensino fundamental II, em uma escola pública municipal em Morro Agudo, cidade localizada na região metropolitana de Ribeirão Preto, no nordeste do Estado

de São Paulo e distante cerca de 390 quilômetros da capital paulista.

A sensação era de que eu não era aceito no ambiente escolar, independente de qual unidade de ensino estivesse, já que episódios de discriminação se arrastavam por toda a minha formação escolar. Por mais que tentasse, não conseguia entender, como e por que as pessoas me enxergavam como tão diferente? Por que essa diferença influenciava tanto na forma com que eles me enxergavam e tratavam? Por que esses traços que me diferenciavam eram tão determinantes? Por que os profissionais das escolas pareciam não enxergar aquela realidade e por que quando viam diretamente algum episódio se omitiam de tomar uma medida que barrasse aquela situação?

Eu tenho um nome de registro, mas com exceção dos professores, parecia que meu nome não existia, eram as pessoas que decidiam como simplesmente queriam me chamar e como eles me faziam chacota para os demais rirem. “Bichinha”, “bicha”, “gayzinho”, “viadinho”, “mulherzinha”, “bambi” entre outros termos que vinham carregados de alguma referência vexatória ou que me relacionasse com pronomes femininos. Não que estar relacionado à feminilidade seja algo negativo, mas que no contexto em que estava inserido, as terminologias das palavras eram modificadas a fim de me expor ao ridículo.

O que leva uma criança ou um pré-adolescente — aqui independentemente de como você quer chamar —, a se referir ao outro desta forma? Eu não conseguia entender. Quando eu passava pelas pessoas, especialmente pelo grupo dos meninos dos quais eu nunca fui inserido, diziam para eu “virar homem”, “andar igual homem”, “parar de rebolar”. Eu sequer conseguia enxergar em mim esses comportamentos, eu me questionava o que precisava fazer para “virar homem” e evitar aquilo tudo no próximo dia de aula. Trancado no quarto, eu andava na frente do espelho e ensaiava jeitos de andar e tentava ver se rebojava mesmo ou não, parecia que só eles me enxergavam daquele jeito.

– Não é possível!

Um dia, enquanto o recreio acontecia, amarraram as alças da mochila na cadeira fortemente, de tal forma que eu não conseguia desamarrá-la e tive que cortar com uma tesoura, enquanto todos da sala riam da situação. No dia seguinte, voltaram a prender a mochila, agora no pé da carteira e com um cadeado, não lembro aqui como foi o desfecho deste episódio.

Não faltavam inovações na forma de discriminação, a mensagem que eu recebia direta e indiretamente todos os dias, era que eu, de fato, por mais que, algumas vezes, sentisse que a realidade estava se adequando ao mais próximo do ideal, era de que eu não era aceito e bem-vindo ali. Os meus pertences sumiam com muita frequência, as canetas coloridas que eu gostava e meus pais compravam, as figurinhas do caderno, o estojo era por diversas vezes jogado do lado de fora da sala pela janela e eu precisava sair para buscar, enquanto eles riam do lado de dentro. Algumas vezes, quando repetiram esse ato do estojo e algum professor viu, fizeram com que os autores buscassem

e chamaram a atenção da sala coletivamente. Não sei o que era pior.

Eu era ameaçado constantemente, pressionavam-me a ajudar nos trabalhos ou passar respostas nas provas, por outro lado, quando eu precisava apresentar algum trabalho na frente da sala ou realizar alguma leitura em voz alta, por vezes, era motivo de chacota e gozação. A voz mais fina do que as dos demais meninos ou o hábito de gesticular com as mãos pareciam interferir neste caso, o que era mais um fator a ser controlado por mim, como me expressar de uma forma que seja mais aceita e que não contribua para essa imagem já idealizada das pessoas sobre mim?

Eu me recordo que, nessa época, estava em alta entre os meninos usar roupas da Hollister ou da Nike, óbvio que tudo falsificado, mas a galera vestia e achava super descolado. Claro que fiz meus pais comprarem, eu odiava, mas precisava tentar ser aceito. Não rolou. Os cortes de cabelos, o estilo musical, os locais que frequentava, o esporte que praticava e com quem andava, se tinha namoradina ou não, com que se relacionava, sobre o que gostava de conversar, tudo isso ficava martelando meus pensamentos.

Ainda em 2013, a TV Globo exibia, como tradicionalmente faz, a novela das nove, à época, “Amor à Vida” ocupava o posto e fazia sucesso considerável. A obra de Walyr Carrasco, sintetizadamente, desdobrou sua trama principal em torno da família Khoury, formada pelo médico César, interpretado por Antônio Fagundes, sua esposa Pilar, Susana Vieira e os filhos, Félix, interpretado por Mateus Solano e Paloma, vivenciada pela atriz Paolla Oliveira. Com uma aparência de família tradicional e sem muitos problemas, a família esconde conflitos internos e segredos, dentre eles um embate pessoal do filho de César, Félix, que era um homem homossexual.

Após uma reviravolta na trama, o personagem de Mateus Solano começa a vender cachorro-quente na Rua 25 de Março, um dos principais centros de comércio popular e ambulante do país, localizado na grande São Paulo, depois que César, seu pai, revelou que teria sido Félix quem jogou a filha de Paloma na caçamba de lixo, expulsando-o da mansão da família Khoury. O episódio marca a virada na trajetória do personagem, que passa de vilão ambicioso e manipulador a alguém em busca de redenção. A cena emblemática se tornou um dos episódios mais memoráveis da novela e como em um passe de mágica, eu consigo me transportar para aquele ano e escutar os gritos do Félix. A cena vem nítida na memória e posteriormente você vai entender o porquê, já que eu nem assistia a novela e sequer sabia quem era Félix na época.

Batendo palma e com uma roupa colorida, Félix gritava “olha o hot dog do Félix”. Pronto, não sei como, mas a partir daquele dia, eu já tinha um novo apelido na escola: Félix. Eu estava no turno da manhã, sempre fazia questão de chegar mais cedo do horário de abertura do portão para já conseguir entrar na sala e evitar contato com o grupo dos meninos pelos corredores da escola, mas, às vezes, não conseguia. Era eu passar, que pelas costas eu escutava: “olha o hot dog do Félix”. Como um tormento constante, os apelidos perpassavam os muros da escola e o medo que eles chegassem

aos meus pais me assombravam ainda mais. O que eles pensariam de mim se soubessem que eu era chamado daquele jeito na escola?

Por diversas vezes, não comuniquei meus pais de eventos na escola por medo de que se eles fossem, poderiam ouvir ou perceber a forma que eu era tratado e se percebessem, na minha concepção, passariam a acreditar que eu era aquilo que eles diziam e me encheriam de perguntas que nem eu tinha as respostas, o que se apresentava como um grande problema. As datas, com mais precisão eu não consigo me recordar, de acontecimentos dessa escola pública onde estudei durante minha sexta, sétima e oitava séries, consigo revisitar outros fatos marcantes onde a homofobia se manifestou traumáticamente.

Estava na fila para pegar a comida durante o intervalo, o cardápio do dia era frango ao molho, dia em que geralmente quase todos da escola comiam — só para contextualizar, essa escola era uma espécie de extensão de uma outra escola onde deveríamos estudar, — mas que não comportava o número de alunos, no prédio onde estudávamos, funcionavam duas salas, ou seja, apenas cerca de 60 alunos estudavam por turno nessa escola. O pátio onde também comíamos tinha umas quatro mesas, daquelas grandes de refeitório. Lembro de pegar a comida e procurar um lugar para comer, o único lugar que encontrei era do lado de um menino. Vinicius era mais velho do que eu, deveria ter uns 15 anos e estava ali por que estava começando em um projeto que estava migrando para a escola. Eu sento para comer e antes que eu começasse, rapidamente ele pede para que eu me levante, calmo, não entendi, mas levantei, pego o prato, ele se levanta e antes que eu conseguisse ter qualquer reação, aplica-me uma rasteira. Eu caio, o prato cai e a comida se esparrama pelo chão, os demais alunos riam, gritavam e batiam as mãos nas mesas, típico comportamento de alunos quando um prato quebra ou algo do tipo, sabe? Eu ainda sem entender nada, mas com a sensação evidente de humilhação, pego o prato e a colher, coloco na mesa que tinha na lateral de onde éramos servidos e tento sair do local.

Não houve nenhuma ação por parte da coordenação da escola ou dos inspetores que estavam no pátio e assistiram à cena. Eu lembro que a Tia Kelly, como carinhosamente chamava a profissional que servia as comidas na cantina, balançava a cabeça para um lado e para o outro como um sinal de reprovação. Assim que deixei o prato na mesa próximo da cozinha, prontamente ofereceu um outro prato de comida, claro que não aceitei. Até hoje, anos depois e encerrando a graduação, sigo sem entender situações desse tipo e o “por quê?” Ainda sem respostas claras, essas perguntas ressoam na minha cabeça.

Outro dia, era festinha de carnaval na escola, os meninos estavam brincando de jogar água um no outro em frente ao bebedouro. Depois disso, enquanto brincávamos ao som das músicas que colocaram para a gente, os meninos começaram a me zoar e pressionar. Não me recordo muito o contexto, mas lembro que tive como reação correr e fingir que iria beber água, enquanto eu corria, escorreguei na água,

bati a cabeça e fiquei desacordado. Quando voltei, o inspetor estava balançando uma camiseta na minha frente tentando me ventilar, os demais alunos acompanhavam o desfecho da história rindo e reforçando o deboche sobre mim, claro que não perderiam a oportunidade.

Era inimaginável uma reação frente às violências verbais ou físicas, eu não sabia como me portar. Nas aulas de educação física, mais um fator que fomentava a visão estereotipada das pessoas sobre mim. Eu não era muito afim de jogar futebol, não supria as expectativas e não possuía muita habilidade para o esporte, por mais que tentasse inúmeras vezes. Fiz escolinha de futebol, adorava jogar futebol na rua com os meninos que eram meus vizinhos, mas na escola, a realidade era outra. Ninguém me queria no time, preferiam jogar com um a menos, quando eu era forçado pelo professor, sempre era o último a ser escolhido na montagem dos times. Assim, mais um contribuinte, o “viadinho” da turma que jogava vôlei e queimada com as meninas ou ficava lendo livros na biblioteca da escola.

Eu me recordo com saudade e gratidão da professora Giovana Alves Zordan, de Língua Portuguesa e da Viviane Gonçalves e Angélica, ambas de Geografia, entusiasmadas da minha formação escolar, da minha dedicação aos estudos e da paixão pelos livros. Profissionais que me acolhiam, enxergavam e repudiavam veemente todos os atos de discriminações que eu era submetido naquele contexto. Se por um lado profissionais como elas me marcam, do outro, há aqueles que por motivações diferentes, também deixam seus legados em nossas memórias.

Estava em mais um intervalo, em mais uma fila do refeitório, atrás de mim, estava a Lara, uma colega de turma que já estudava comigo desde o Ensino Fundamental. Eu pego a comida e saio. Enquanto a Lara pegava a comida, ela escuta uma inspetora de alunos falar para a profissional que estava servindo a comida que eu seria “viado” quando crescesse. A Lara rapidamente e naturalmente me conta, mas fala só para mim, parece que instantaneamente, os alunos que estavam presentes naquele dia já sabiam da fala infeliz e, assim, fato consumado. Se até a inspetora afirmou que eu seria “viado”, os alunos tinham agora o aval de reafirmar essa concepção. Antes que a situação tomasse outras proporções, eu rapidamente deixo o prato sem terminar de comer e volto para a sala, lembro que de cabeça baixa sobre a mesa, chorava muito, o recreio acabou e todos voltaram para a sala.

A professora chega, eu permaneço sentado na segunda cadeira da segunda fileira de carteiras no sentido da porta à janela. Ela entra, deixa as coisas na sua carteira e tenta começar a aula, ninguém tinha falado nada comigo desde o final do intervalo. A professora tenta falar comigo me perguntando o que havia acontecido e eu ignoro. Ela repete a pergunta e eu com a voz embargada, mas ainda de cabeça baixa, respondo que não falaria sobre. A reação dela foi chamar a então diretora da escola, eu ainda de cabeça baixa, com medo de levantar o rosto e os colegas verem que eu estava chorando, o que denunciaria ainda mais fragilidade e sensibilidade, na minha concepção

da situação naquele momento.

Não demora e a diretora prontamente atende ao chamado da professora, não sei o que antecedeu aquela ida dela à sala, com um tom de voz alto, pergunta o que aconteceu, eu repito de cabeça baixa que não queria falar sobre. Ela grita e me manda sair da sala e esperar no corredor. Eu calculo como levantaria, enxugaria o rosto e sairia, mas faço. Lembro dela apoiada na porta, uma mão na maçaneta, o outro braço esticado com a mão apontada em direção ao corredor, como um gesto de quem me ordenava sair.

Eu encosto na parede do corredor. Enquanto isso, no final dele, na porta de madeira rústica e pequenos vidros quadriculados, a inspetora autora da fala acabara de fechar a porta e sair em direção ao pátio, olha para mim e sai, como se ignorasse e não soubesse o que estava acontecendo. Do lado de dentro da sala, a diretora pergunta em alto e bom som:

– o que aconteceu com o Guilherme? Alguém sabe me dizer?

O silêncio ecoou por alguns segundos e a Lara parece ter se prontificado a falar mais uma vez. Do corredor, eu escuto mais uma vez.

– Ela falou que ele vai ser viado quando crescer.

Se naquele momento alguém não sabia o que estava acontecendo, passou a saber. A diretora sai da sala, leva-me para a sala dela, pergunta se eu escutei a funcionária falando aquilo, eu respondo que não, ela pede para que eu vá ao banheiro lavar o rosto e voltar para a sala, ficou por isso. Nunca levei para casa esses episódios que ocorriam, por mais dolorosos que fossem. Mais tarde, no mesmo dia, meus pais vão ao mercado, lá, encontram Cristiene, mãe de um colega de turma, que certamente chegou em casa e narrou o acontecido para ela, que ao encontrar meus pais, questiona se eu havia contado o que aconteceu naquele dia na escola e ela já conta sua versão do fato. Quando chegam em casa, a pergunta vem como um tiro em minha direção, minha mãe indaga.

– Guilherme, o que aconteceu hoje na escola com a inspetora?

Eu tento imaginar a minha expressão facial naquele momento, acredito que tenha ficado pálido, com os olhos arregalados, o que era para ser mais um episódio pessoal, tornou-se um problema familiar. Eu respondo imediatamente que nada havia acontecido e pergunto o porque do questionamento. Ela já rebate minha versão, afirmando que encontraram a mãe do meu colega e que ela já tinha contado sobre o ocorrido. Eu saio chorando, ela vem atrás até o meu quarto, não havia outra opção, precisar falar e contei.

No outro dia, à tarde, período contrário ao que eu tinha aula, minha mãe foi à escola comigo, a conversa entre minha mãe e a coordenação escolar se estendeu. O caso era mais sério do que se pensava. Representantes do conselho tutelar e um policial estiveram na escola, não me lembro de detalhes. Na frente de todos na sala de coordenação, minha mãe sentada do meu lado, a diretora não exitou em questionar:

– Você é aquilo que ela falou que você é?

Eu rapidamente enxuguei do rosto as lágrimas, que nessa altura já insistiam em cair, e rebati.

– Não, eu não sou isso.

– Então, pronto, não tem porque se preocupar. Você é bonito, inteligente, não tem porque se importar com isso, quando ouvir algo do tipo, deixa que entre por um ouvido e saia pelo outro; respondeu a diretora.

Nos dias seguintes, a funcionária foi desligada da escola, não sei o que aconteceu. Ainda assim me senti culpado. O sentimento de culpa era algo latente no meu imaginário, uma emoção constante que insistia em fazer morada, era como se tudo o que as pessoas faziam comigo, fosse inteiramente de minha responsabilidade, consequência direta das minhas ações.

No nono ano, mudei de escola. Ao voltar para a escola em que cursei meu terceiro ano do Ensino Fundamental, senti-me mais empolgado. A infraestrutura daquela, que era a mais nova escola do município, contava com salas de informática, quadras de esportes cobertas, uma ampla biblioteca, um auditório — uma espécie de teatro —, além de uma excelente equipe de professores, características que se somadas, eram uma garantia de destaque para a unidade de ensino e que me inseriu na escola que melhor poderia me preparar para o “vestibulinho” que aconteceria no final daquele ano. O vestibulinho era a forma com que a Prefeitura Municipal de Morro Agudo, por meio da Secretaria de Educação local, decidiu chamar uma espécie de vestibular que seleciona os alunos que estão se formando no ensino fundamental e querem cursar o ensino médio na única escola pública da cidade que se destaca pela qualidade, desbancando a educação de outras unidades de ensino estaduais que existiam por lá.

O uniforme branco com mangas azuis e o brasão da cidade estampado no peito era obrigatório, ir sem ele para a escola era certeza de problema. Se por sorte conseguisse passar do portão, não demoraria para você ser notado. Lidiane, a mais temida e respeitada das inspetoras, parecia farejar os ousados. Se identificados, por vezes, eram obrigados a colocar um uniforme de numeração adulta por cima da camiseta que estava vestido, caso contrário, voltava para casa. Os muros e as fiscalizações da escola obrigavam o uso de uniformes, mas falhavam no combate à discriminação. O discurso de ódio entrava acoplado aos uniformes e também pareciam ser obrigatórios.

Nesta fase, com 14 anos, eu já tinha mais consciência e os alunos que reproduziam falas excludentes, também. O ser ou não ser me atormentava. Não sabia o que fazer para me resolver e me organizar internamente. O acompanhamento com psicólogos não ajudava, a melhor escolha aqui era focar nas aulas que eu mais gostava e fazer delas as minhas motivações para insistir em frequentar regularmente a escola. O dinamismo com que o excepcional professor Valdir explicava a revolução industrial, a guerra fria e a geografia como um todo me encantava. Não à toa, essas aulas me fizeram achar que eu queria me tornar professor de geografia, cheguei a cursar um ano do curso, depois da formação no ensino médio, mas desisti, descobri

que a geografia não era só estudar aspectos socioeconômicos e atividades humanas.

O nono ano foi marcado pelo que chamávamos de “enforçar” aula, talvez você que esteja lendo conheça como matar ou cabular aula. Minha mãe não era muito flexível quanto às faltas recorrentes, o jeito que encontrei era o de me arriscar e encontrar formas de estar em qualquer outro lugar menos na escola. O centro de lazer, a praça, os loteamentos no alto da cidade, andando de bicicleta por estradas rurais — eu sempre fui à escola de bicicleta, —dificilmente ia a pé ou carro. O relógio marcava 6h da manhã, quando minha mãe batia no quarto, era comum que eu não me levantasse de imediato, comportamento típico de adolescente. Compartilhávamos uma parte do trajeto, a escola ficava localizada quase no final de uma avenida que ela percorria também de bicicleta até chegar à casa da família onde ela trabalhava.

Nos dias em que eu decidia que não iria à aula para evitar toda aquela exposição ao ridículo, optava por não ir no mesmo momento que minha mãe, deixava que ela fosse na frente, desviava a rota e seguia meu caminho, sem um rumo certo e, por vezes, desconhecido.

Durante essas minhas fugas da escola, frequentava uma lagoa que tinha no final de um condomínio rural na cidade, saía do perímetro urbano, percorria um trecho da vicinal que passava na entrada da cidade, até chegar ao destino. Ficava sentado nas margens da lagoa, lendo ou só pensando em sei lá o quê. Um desses dias, chamei um colega para ir junto, nesse fatídico dia, o único em que ele me acompanhou, avistamos uma cobra, deixei de ir ao local a partir de então.

No final daquele ano turbulento, prestei o “vestibular” e passei. Neste meio tempo, comecei a frequentar uma igreja evangélica, não que eu já não tivesse sofrido interferência deste segmento religioso em toda a minha formação, tendo em vista que a minha família, especialmente a materna, é toda de formação evangélica. No entanto, nessa época, a religiosidade parecia ter se apresentado como uma saída possível para enfrentar aquilo que era tão abominável aos meus olhos e aos olhos da sociedade: a homossexualidade. Não faltava aos cultos, participava de todas as festividades, campanhas e externalizava isso no meu ciclo social. O que inicialmente parecia ser uma boa ideia, foi só mais um agravante.

A não autoaceitação da minha existência tornava todos os cenários piores. A luta incessante pela cura ou pela mudança da minha orientação sexual me fazia apelar às inúmeras iniciativas que poderiam, de alguma forma, aproximar-me de Deus. Em 2018, início meu primeiro ano do ensino médio. Na nova escola, não havia possibilidades de novas amizades, se não bastasse o estereótipo que as pessoas já tinham de mim de anos passados, agora eu era um menino minimamente estranho, que se quer saía da sala no intervalo, ficava chorando o tempo todo e andava com um bíblia debaixo do braço para baixo e para cima.

O pastor da igreja era inspetor da escola, acredito que ele percebia meus comportamentos e a exclusão evidente dos colegas e, por isso, acredito que abria exceção e me

deixava ficar na sala durante os intervalos das aulas, o que era proibido. Aproveitava esses momentos para ler o livro sagrado, o qual cheguei a finalizar a leitura algumas vezes. Quando não, escrevia sempre em uma folha em branco o nome de todos os colegas de classe que haviam feito algum comentário sobre mim no dia, a ideia era me vingar. Como? Eu não sei. Pensava em tudo, desde levantar e xingá-los, agredi-los de alguma forma, até em possibilidades mais violentas.

No mesmo ano, o Brasil passava por uma de suas mais emblemáticas eleições presidenciais, desde a redemocratização, o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, enfrentava polarizadamente o ex-deputado federal, Jair Bolsonaro, que à época pertencia ao Partido Social Liberal (PSL). Em meio ao crescente e inevitável debate ideológico, escola e igreja se aprofundaram nas narrativas, obviamente, era certo que eu reproduziria falas que ouvia no meu ciclo social e familiar. Deste modo, no auge dos meus 15 anos, defendi a candidatura do agora ex-presidente Bolsonaro, em uma tentativa clara de pertencer ao lugar que me oprimia.

Paulo Freire foi perspicaz ao dizer que o sonho do oprimido era se tornar opressor. Em um contexto de silenciamento da minha voz, da banalização dos meus sentimentos e da estereotipação de todos os meus trejeitos, defender aquilo que seria contra o que as pessoas diziam que eu era, certamente me afastaria desta imagem. Não rolou. Os debates na sala de aula eram frequentes e eu, idealista que era, não ficava calado quando o debate pautava as eleições. Na cabeça deles, não fazia o menor sentido, como que eu, notavelmente gay, defendia um candidato que se posiciona abertamente contra a comunidade LGBTQIAPN+?

Em um dos debates, ao me ver defendendo Bolsonaro e reproduzindo sem nenhum receio falas que escutava de pessoas próximas, um professor, assumidamente bissexual, também sem nenhum pudor, pontuou na frente da sala que se eleito, o ex-presidente atacaria de imediato os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, citando-me como exemplo direto.

– Se o Bolsonaro vencer, ele vai mandar matar todas as bichinhas como você.

Eu não tive reação, apenas ri e ignorei. Ainda em 2018, desenvolvi depressão, ansiedade generalizada e relutava internamente contra as ideias suicidas. Um dia destes, fui cercado no corredor. Era horário de saída, peguei a mochila, saí na porta, virei a esquerda e logo em seguida, antes que virasse à direita para acessar o pátio da escola, o braço fino de um dos meninos assumidamente gay da escola, do primeiro ano C, a sala vizinha, próximo a rampa de saída, cercou-me. Ele firmou o braço esticado pressionando a parede me impedindo de passar. Outros que passaram riram da situação, não tive tempo de reagir e ele firmemente afirmou:

– A bicha crente de direita agora até anda com o pastor.

Insinuando na frente de todos que eu teria alguma relação pessoal e amorosa com o pastor, o mesmo que trabalhava na escola. O ano terminou, meu rendimento escolar, nos últimos bimestres, caiu drasticamente, nesse ano eu também havia adotado

a técnica de matar aulas. No início do ano seguinte, depois que eu relutei com meus pais para não voltar para aquela escola e pelo fato de não haver vaga e possibilidade de eu estudar em outra escola que oferecia o ensino médio na cidade, meus pais decidiram mudar para São Joaquim da Barra, distante cerca de 30 quilômetros de Morro Agudo, cidade onde meu pai já trabalhava há alguns anos e eu poderia terminar ensino médio longe do que me fazia mal, mas que até então eu não havia falado abertamente com eles.

Na cidade nova, rapidamente me adequiei aos padrões locais. Até arrumei uma namoradinha, apresentei para a família e tudo. Querida, minha colega até hoje. No último ano do ensino médio: pandemia. Durante esses dois anos em São Joaquim, realizava semanalmente acompanhamento com profissionais da saúde mental, em especial a psicóloga, Denise. Somente em janeiro de 2021, depois de me formar e muita terapia, consegui me assumir para os meus pais, o único jeito que achei de falar sobre foi escrevendo um texto para cada, que ficaram dias no meu bloco de notas do celular até eu ter coragem para no dia 15 de janeiro de 2021, encaminhar durante a madrugada para eles.

Meu pai foi o primeiro a acordar e ler a mensagem, era por volta das 5h da manhã quando ele levantou para trabalhar, eu chorando no quarto e ele veio me abraçar. Disse que sempre soube, mas que preferiu aguardar o meu tempo, minha mãe, a mesma coisa. Depois que ela saiu para trabalhar, também emocionada, encaminhou-me uma mensagem. O registro da mensagem marca 8h em ponto, ela se desculpa pelo que não tem culpa, aquela coisa de mãe, mas em um trecho afirma:

– Eu sempre soube isso. Fica em paz com seu coração, vai ficar tudo bem. Agora nossa vida vai ser melhor, pois eu sei que agora você vai poder expor melhor os teus sentimentos.

Toda a aceitação social e o acolhimento que eu passei toda a minha infância e adolescência buscando, eu encontrei naquele momento nos meus pais. Um privilégio que infelizmente uma grande parte da comunidade LGBTQIAPN+ não teve ou não terá. Do amor de mãe, pai, família e amigos, das relações amorosas e sociais, vale parafrasear Milton Nascimento e dizer que qualquer maneira de amor vale amar. O amor é cura para os doentes, felicidade para os tristes e revolução para os oprimidos.

Fio da navalha

Há um conhecido provérbio africano que em uma de suas versões diz que “enquanto os leões não escreverem suas próprias histórias, prevalecerá a versão dos caçadores”. De imediato, pode parecer minimamente apelativo ou utópico. Seria impossível voltar no tempo, consertar o passado, tentar desfazer injustiças, reconstruir uma cultura e reestruturar sistemas sociais. Aqui parece uma missão quase impossível olhar para trás ao mesmo tempo em que se luta pela construção de um futuro que se deseja alcançar.

O passado da sociedade, especialmente no que diz respeito às estruturas de poder, está em constante disputa. A comunidade LGBTQIAPN+, por mais que possua uma significativa coletividade organizacional histórica, ainda assim enfrenta inúmeros desafios para efetivar suas articulações e conseguir dar luz aos seus anseios e realidade. Assistem e denunciam, há séculos, as injustiças sob o qual estão inseridos, escrevem e contam suas histórias, mas faltam leões que passem a escrever em letras garrafais e falem em voz alta, essas mesmas perspectivas.

As subjetividades da comunidade não são mais um segredo. A Justiça não deve seguir produzindo injustiças. O livro-reportagem como uma forma de veiculação da produção jornalística, possui a função de documentar a história coletiva, possibilitando evidenciar existências que, por vezes, foram apagadas. A comunidade LGBTQIAPN+ está, comprovadamente, pelos fatos narrados ao longo deste livro, dentro dessas realidades negligenciadas, marginalizadas e apagadas.

A partir dessa perspectiva, torna-se necessário elaborar políticas de fomento à narrativas LGBTQIAPN+, a fim de que se garanta que essas vozes silenciadas, historicamente, tenham o direito de se narrar. Contando suas próprias histórias, a partir dos seus próprios pontos de vista e subjetividades. Possibilitando que se rompa com a produção cultural que fortalecem, rotineiramente, os estereótipos acerca dessa comunidade. Pessoas LGBTQIAPN+ possuem histórias intimamente conectadas com outras pessoas.

Em um período político-histórico, sob o qual a comunidade mundial está inserida nos últimos anos, urge a necessidade de se fortalecer a união dessa comunidade. A ascensão de discursos reacionários e extremistas denunciam uma tendência global de retrocesso nas pautas de gênero e sexualidade. Um relatório publicado pelo European Parliamentary Forum for Sexual and Reproductive Right (Fórum Parlamentar Europeu para os Direitos Sexuais e Reprodutivos) apontou que apenas entre 2019 e 2023, foram investidos 1.18 bilhões de dólares no movimento antigênero na Europa.

Em março de 2025, uma lei aprovada na Hungria proibiu a realização da parada do orgulho LGBTQIAPN+ e de eventos semelhantes no país. A lei ainda autoriza a utilização de tecnologia de reconhecimento facial para identificação de organizadores e participantes destes eventos, sob pena prevista de até 500 euros. A medida não impediu que milhares de pessoas ocupassem as ruas de Budapeste, em junho do mesmo ano, em defesa da comunidade.

Em 2019, cerca de 30 regiões da Polônia se declararam “zonas livres de ideologia LGBTQIAPN+”. Projeto ideológico que não se sustentou juridicamente no país, após uma articulação em massa liderada por movimentos sociais, mas que deixou rastros e impactos na realidade da população local. A Rússia passou a emitir em agosto de 2024, o que ficou conhecido como “visto anti woke”, uma espécie de visto para pessoas que chegam ao país e se declaram não comprometidos e contrários ao combate a discriminações sexistas, de gênero, racistas e políticas sociais. A ideia, segundo o governo russo, seria a de “fornecer apoio humanitário a pessoas que compartilham valores espirituais e morais tradicionais russos”.

Nessa tendência, a Europa atingiu ainda em 2024, números recordes de violência contra a comunidade. A Revisão Anual da Situação dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais na Europa e na Ásia Central, divulgada pela ILGA-Europa, uma secção europeia da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA World), apontou que autoridades de Portugal, Finlândia, Noruega e Alemanha registraram “um aumento significativo nos crimes motivados pela orientação sexual percebida, identidade de gênero e/ou expressão de gênero”. Na França, a violência contra essa população aumentou consideráveis 13% e, nos Países Baixos, cresceram 25%. Ambos os números em comparação com dados de 2023, o último ano em que houve registro desta realidade.

O resultado de uma pesquisa publicada em maio de 2024, pela agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA), já havia denunciado esse aumento da violência de gênero na Europa. Embora pessoas LGBTQIAPN+ estejam se sentindo capazes de demonstrarem suas formas de existências abertamente para a sociedade, a discriminação também resiste e, mais do que isso, os números têm mostrado que essa população tem sido mais vitimizada do que antes.

“Por um lado, as pessoas estão se tornando mais abertas sobre a sua orientação sexual e, por outro, o assédio cotidiano, o bullying nas escolas, os crimes de ódio e as taxas alarmantemente elevadas de violência contam uma história diferente”, afirmou a diretora da FRA, Sirpa Rautio. Quanto ao bullying nas instituições de ensino, o estudo revelou que mais de dois em cada três entrevistados afirmaram ter sido vítimas deste formato de violência.

No Brasil, um levantamento feito pela plataforma Observatória, criada pela Agência Diadorim com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, apontou que entre janeiro de 2019 e 25 de junho de 2025, foram apresentados 510 projetos de leis considerados prejudiciais aos direitos LGBTQIAPN+, nas esferas estadual e federal, alguns continuam em tramitação e outros já foram arquivados. Temas como educação antidiscriminatória, uso de banheiros conforme a identidade de gênero e linguagem neutra são os principais alvos de parlamentares. A elaboração desses PLs está estritamente ligada a partidos de direita ou de extrema-direita.

Os números denunciam não apenas uma tendência mundial de ataque aos di-

reitos de minorias sociais e o avanço de políticas e discursos extremistas e ultraconservadores, mas mais do que isso, revelam que essa interferência política-ideológica na pauta LGBTQIAPN+, que tem o protagonismo assumido por líderes políticos de extrema-direita, validam o discurso de ódio, a violência e o retrocesso de direitos básicos alcançados sob muita luta desta comunidade.

As tendências comportamentais, que têm assumido diferentes lugares relevantes do mundo, tendem a se iniciar com ataques às pessoas LGBTQIAPN+, que ocupa há muito tempo o lugar de vítima da violência social, mas rapidamente avança como uma ofensiva mais ampla de ataque aos direitos e às liberdades de toda a sociedade, especialmente de grupos minoritários.

Neste cenário, as escolas se tornam um campo de batalhas de narrativas e peça fundamental para a implementação de políticas e ideologias anti-LGBTQIAPN+. Se constrói assim, uma cultura que deseja romper com os princípios democráticos. Essas questões revelam, que este não é um problema que afeta unicamente um grupo social específico, mas graves ameaças para qualquer pessoa que defende a democracia e os direitos humanos.

Quando não se trata a pauta da LGBTQIAPN+fobia, como uma questão transversal e interseccional, ou seja, que atravessa outras formas de existência e realidade, ignoram-se os fatos e perdem-se para a norma. Mais do que reconhecer essa tendência global, torna-se necessária a construção de meios para se reagir à ela. Sobretudo na forma com que se trata da temática, evitando que esses temas cheguem às pessoas com tons falaciosos, baseado em religiosidade, ódio, crime ou tabu.

Talvez, estejamos falando de uma necessidade que se tornou mais urgente do que nunca de garantir a efetividade de direitos que estão frequentemente sob ataque. Da necessidade de avanços que ultrapassem portarias e decisões judiciais, que apesar de assegurar garantias, são frágeis e relativamente fáceis de serem revogadas. Mudam-se governos, reformulam-se tribunais e, com isso, as fragilidades se escancaram.

Na década de 60, início da ditadura militar no Brasil, o cantor brasileiro Gilberto Gil lançou a canção “Viramundo”, um marco na luta de resistência cultural e artística, além de referenciar a busca por uma transformação social. Em seus versos, Gil descreve uma figura que está em constante movimento, que desafia as adversidades com coragem e ousadia. O personagem protagonista das melodias musicais não se conforma com as ‘cadeias da intriga’ e busca não apenas existir, mas resistir e viver com qualidade, lazer e liberdade.

A música reflete a esperança da conquista de uma mudança social e denuncia o ‘virador deste mundo’, que pode ser compreendido como o sistema, visto pelo cantor como ‘astuto, mau e ladrão’. Uma crítica aos poderes e aos padrões opressivos que perpetuam a injustiça e a desigualdade social. No refrão, o cantor deseja uma revolta social por meio de luta e resistência contra as estruturas de poder, para que assim, o mundo se torne um lugar melhor para se viver.

*“Cortando a faca e facão
Os desatinos da vida
Gritando para assustar
A coragem da inimiga
Pulando pra não ser preso
Pelas cadeias da intriga
Prefiro ter toda a vida
A vida como inimiga
A ter na morte da vida
Minha sorte decidida”*

— **Viramundo**; *Gilberto Gil*.

A revelação desse passeio subversivo às subjetividades de cada personagem deste livro, baseia-se no fato de que, na escola, as pessoas se descobrem, moldam suas concepções, definem suas interpretações de mundo e concebem suas personalidades, mas, também se apresentam para o convívio social. Por vezes, o ambiente escolar lhes arranca a felicidade, limitam seus sonhos, encarceram seus desejos e individualidades. Mais e mais vão sendo empurrados para dentro da norma dominante. Neste cenário, desconfortável e perigosa se tornam as perguntas.

O que aconteceria se você pudesse mudar a realidade do ambiente escolar brasileiro? O que aconteceria se você estivesse no lugar da Sandra quando os 5 meninos lhe ameaçaram? E se estivesse na sala sendo agredido por outros rapazes como ocorreu com o Leonardo? Se tivesse suas vontades limitadas pelos pais como Rubinho? Se lhe faltassem oportunidades, como faltam para Maria?

Bem, talvez seja melhor caminhar até o espelho e questionar suas próprias subjetividades. Um olhar linear e sério para dentro do seu eu, revisitar o seu passado, questionar o presente e desconstruir algumas convicções.

O processo de revisitação das suas próprias atitudes ao longo de sua vida, possibilitará entender de qual lado esteve: excluído ou excludente. Para qualquer que seja a conclusão final, começar ouvindo quem ninguém ouve certamente se torna uma opção válida.

Posfácio

O jornalismo, atento aos fatos e testemunha ocular da história, se vê diante de uma realidade que resiste ao tempo. A sociedade parece naturalizar os acontecimentos que passam a ser interpretados nos noticiários como dados e estes, como números. Parafraseando o jornalista brasileiro Caco Barcellos, o jornalista exerce papel único na construção do futuro ao relatar o presente. A forma com que o jornalista encara os acontecimentos e os narra, impacta a sua produção e, por consequência, o futuro da sociedade. Assim, tentar humanizar aqueles que foram desumanizados pela barbárie do ódio social, perpassa pelos esforços que o jornalismo deve se submeter em sua produção.

A violência é a manifestação do ódio no momento em que o diálogo falha, a partir da suspensão do uso das palavras nas tentativas de se encontrar a ordem e o bem-estar social. Sobre o discurso de ódio, especialmente no contexto de uma sociedade hiperconectada como a contemporânea, o sociólogo e jornalista Marcos Rolim, durante a conferência de abertura do Salão Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) de 2015, ao analisar o tema, tratou a intolerância como uma indisposição diante do diferente. Nesta perspectiva, a intolerância provocaria a separação, o isolamento social e o desprezo. O ódio seria quase que uma consequência.

Portanto, o ódio e a intolerância não se manifestam na singularidade, ou seja, apenas contra um único indivíduo. Quando o agressor destila sua aversão ao outro contra um jovem gay, por exemplo, ele expõe seu ódio à comunidade à qual a vítima pertence. Assim, o indivíduo lida com estereótipos e não com uma pessoa em especial, conforme explicou Rolim:

“Os que odeiam fazem no plural. No ódio, trata-se de desconhecer a humanidade do outro. Não se sustenta tal pretensão diante de uma pessoa concreta, com nome e olhos. É preciso, antes, transformá-lo em um ajuntamento, em um coletivo repugnante, em uma manada. Não por acaso, os nazistas raspavam as cabeças dos judeus e lhes retiravam todos os pertences e as roupas antes de encaminhá-los às câmaras de gás, em grupos”.

Deste modo, se torna urgente que os dados e os números que normalmente são noticiados nos grandes jornais do país a cada divulgação de levantamentos feitos por entidades não-governamentais ou até pelo próprio poder público, tenham suas verdadeiras identidades divulgadas, mais uma vez em uma tentativa de subverter a lógica e as normas. Quando o discurso se materializa em ódio, invade as unidades de ensino se transformando nas mais violentas formas de desumanização dentro e fora do ambiente escolar, o que se vê é a banalização de crimes e vidas. Assim, este livro também se propõe a memorizar algumas das vítimas da intolerância. Para que não se esqueçam e não se repitam.

EM MEMÓRIA DE:



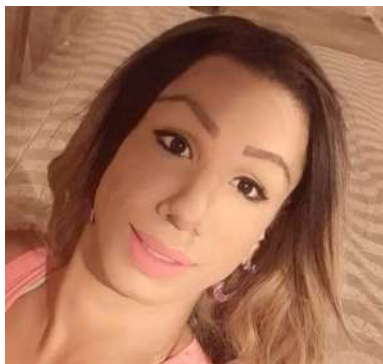
Fernando Vilaça da Silva, de 17 anos, espancado por outros dois adolescentes no bairro Gilberto Mestrinho, em Manaus (AM), no dia 05 de julho de 2025. Fernando sofreu traumatismo craniano, hemorragia intracraniana e edema cerebral, depois de ficar internado em estado grave durante dois dias. O caso segue em investigação, um adolescente foi apreendido e o delegado do caso e a família afirmaram que a vítima já era alvo de injúrias homofóbicas e a suspeita é de que ele tenha sido espancado ao reagir a ofensas homofóbicas proferidas por um grupo durante uma confraternização em via pública.



Keron Ravach, de 13 anos, adolescente transexual, assassinada a pauladas, chutes e socos em Camocim, região norte do Ceará, após cobrar uma dívida de R\$50 por um encontro sexual que teve com o suspeito, de 17 anos. A vítima foi encontrada morta em um terreno baldio no bairro Apossados.



Larissa Rodrigues, de 21 anos, morta a pauladas por um desconhecido, em maio de 2019, na região do Planalto Paulista, na zona sul de São Paulo. Segundo relatos de uma amiga que presenciou o crime, Larissa teria sido morta por um homem que queria realizar um programa sexual com a garota, mas teve seu pedido recusado.



Fernanda Machado da Silva, de 27 anos, morta a pauladas em Rio Branco, capital do Acre, em junho de 2020. Fernanda estava em um ponto de prostituição quando foi abordada por homens que a acusavam de ter roubado um celular. Mesmo negando a autoria do suposto crime, foi agredida até a morte no local. Um ano após o crime, em maio de 2021, os dois principais suspeitos identificados como Rafael Kewiw Braga e Vitor Alexandre Junqueira foram condenados a penas individuais de 19 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de tortura com resultado de morte, corrupção de menor e organização criminosa.



Roger André Soares da Silva, de 29 anos, morto com 30 golpes de faca em abril de 2022, em Cuiabá (MT). Segundo o Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), no dia do crime, a vítima, que era homossexual, ofereceu carona a Juberlandio Diniz Alvarenga, que em um dado momento, teria decidido matar a vítima por enxergá-la como um “demônio”, sob o argumento de que estaria repreendendo-a “em nome de Jesus”. O corpo foi encontrado em meio a desenhos de cruz feitos com o sangue da vítima. Dois anos depois do crime, Juberlandio foi condenado a 20 anos de prisão por homicídio por motivo torpe, com emprego de meio cruel e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima.



Guilherme de Souza, de 21 anos, estava voltando para casa em uma periferia de Luís Eduardo Magalhães, oeste do Estado da Bahia, quando foi abordado por dois jovens, de 14 e 16 anos, agredido e apedrejado por ambos. Guilherme ficou inconsciente e foi arrastado até uma casa abandonada, onde foi queimado. Dois adolescentes foram apreendidos horas depois do crime. O jovem de 14 anos confessou que teria premeditado o crime e que se incomodava com a sexualidade da vítima.

**O jornalismo como
desejo de transformação:
o capítulo final**

Recordo-me de que, na primeira semana do curso de Jornalismo, estava ao lado dos colegas de turma, todos sentados no laboratório de computadores — o Lecograf —, na sala 3 do Bloco H do campus de Ribeirão Preto da Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). Foi então que o Prof. Me. Murilo Pinheiro — que, por obra do destino, ao final da graduação aceitou ser meu orientador neste trabalho de conclusão — realizou uma dinâmica que, acredito, tinha como proposta nos conhecer, assim como permitir que nós, ingressantes do curso, apresentássemos nossas visões iniciais e os motivos que nos haviam levado até ali.

Quando chegou a minha vez de falar, lembro-me de que apresentei meu nome, idade, cidade de origem e, ao mencionar o que havia me motivado a cursar jornalismo, afirmei que era a vontade de transformar o mundo por meio do conhecimento, de dar voz às pessoas excluídas e de contribuir para a disseminação de saber por meio da informação. Acredito que, de alguma forma, tenho cumprido esse propósito.

Visto daqui, já no final da graduação, compreendo que aquela visão de transformar o mundo parece uma utopia inalcançável; ainda assim, essa vontade persiste em meu subconsciente. Talvez, agora, o “mundo” assume outra dimensão, ganhe contornos de uma pauta jornalística voltada a um lugar específico, a um contexto, a uma região ou até mesmo a um indivíduo. Se, de alguma forma, eu conseguir realizar alguma transformação ou fomentar o desejo de mudança em uma única pessoa, já terei alcançado meu objetivo.

A educação transformou a minha vida; no jornalismo, materializo meus sonhos e minhas visões de mundo. A produção deste livro me mergulhou em um mar de emoções, revisitei antigas sensações e experimentei outras, todas as quais me trouxeram até aqui.

Meu desejo íntimo é que cada trecho narrado tenha conseguido lhe convencer de que a sociedade está interconectada como um todo, de que nenhuma experiência é inteiramente individual e de que qualquer pessoa guarda histórias dignas de serem ouvidas e, por que não, narradas. Alessandra, Leonardo, Rubens e Maria: vocês são toda essa história!

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo, e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams. **Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências.** Temas em Psicologia 23.3 (2015): 663-676.

ALMEIDA CAVALCANTE, Marina, e Alexandre Adalberto Pereira. **Adolescência, Saúde Mental e TransLGBQIA+ fobia no Ambiente Escolar.** Revista Eletrônica Casa de Makunaima (2023): 39-49.

FAZANO, Luciana Cristine; RIBEIRO, Arilda Inês Miranda; PRADO, Vagner Matias do. **Homofobia na escola: o discurso indiferente ao estudante diferente.** Revista de Psicologia da UNESP, v.10, n. 2, p. 77-84, 2011.

FOSTER, David W. **Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividad en la literatura latinoamericana.** Letras: literatura e autoritarismo, Santa Maria, n. 22, jan./jun. 2001.

GONZAGA, Taynan Matheus Sousa; GALLAS, Ana Kelma Cunha. **O retrocesso no combate da LGBTfobia no Brasil: o preconceito vivenciado pela população LGBT no ambiente escolar.** Filosofia e Educação, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 281–289, 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ILVA, Luan Layzon Souza; JUNIOR, Francisco Francinete Leite. **Homofobia na escola: Problematizando gênero e sexualidade entre estudantes do ensino médio.** Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 2, n. 2, 2016.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. **Homofobia, cultura e violências: a desinformação social.** Revista Interações, v. 9, n. 26, 2013. KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. **Homofobia, cultura e violências: a desinformação social.** Revista Interações, v. 9, n. 26, 2013.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. **A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação.** Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023141, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21511/rie.18.00.2023.01>

org/10.21723/riaee.v18i00.17958

Maior, Paulo Souto. Quinalha, Renan. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. Elefante, 2023, págs. 608

NATARELLI, T. R. P. et al.. **O impacto da homofobia na saúde do adolescente**. Escola Anna Nery, v. 19, n. 4, p. 664–670, out. 2015.

PASSOS JÚNIOR, G. R. L., Rocha, M. Q. S., Rocha, I. P. (2024). **Homofobia internalizada e seus impactos na saúde mental de homossexuais**. Revista Contemporânea, 4(7), e5019.

PEREIRA DOS SANTOS, L.; ALVES LAGÔA JÚNIOR, J. **O efeito da ausência de discussões sobre gênero e sexualidades na escola**. D'GENERUS: Revista de Estudos Feministas e de Gênero, v. 1, n. 1, p. 545-564, 1 mar. 2024.

PRATA, Maria Regina dos Santos. **Os processos subjetivos e os jogos de verdade da psicanálise frente à transformação do lugar do pai**. Agora: Estudos em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 217-232, 2012.

SANTOS, Matheus Elias, e Fábio Costa de Lima. **“Impactos do preconceito homofóbico na saúde mental das pessoas LGBTQI+”: breves apontamentos**.” Revista Mosaico 13.3 (2022): 94-102.

TAGLIAMENTO, GRAZIELLE, et al. **“Minha dor vem de você: uma análise das consequências da LGBTfobia na saúde mental de pessoas LGBTs**.” Cadernos de Gênero e Diversidade 6.3 (2020): 77-112.

Vários autores. **O livro da história LGBTQIAPN+**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2024.

QUESTÃO 01

Segundo a Constituição Federal e as diretrizes educacionais, a escola deve ser um espaço de aprendizado em que seja assegurado aos alunos:

- A) Acolhimento e proteção integral.
- B) Exercício da cidadania e respeito às diferenças.
- C) Acesso igualitário ao conhecimento.
- D) Todas as alternativas anteriores.

Comentário da questão: Embora a teoria sugira a alternativa D, a prática diária revela um cenário complexo. Entre o que diz a lei e o que acontece de fato no ambiente escolar, existe uma lacuna preenchida pelo silêncio, pela ineficiência da garantia de direitos e, muitas vezes, pela violência. Este livro-reportagem aborda essa realidade ouvindo ex-alunos do sistema público e particular de ensino, em uma tentativa de compreender porque para estudantes LGBTQIAPN+, a escola ainda é sinônimo de resistência.